

AGRICULTURA SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRO: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios¹

José Sidnei Gonçalves²

1 - AGRICULTURA COMO AGRONEGÓCIO NO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DA RIQUEZA

O desenvolvimento dos agronegócios brasileiros nos últimos cinquenta anos determinou profundas mudanças na estrutura de mercado e na inserção da agropecuária no contexto mais amplo do complexo produtivo da agricultura, cuja dinâmica rompeu com os estáticos limites setoriais do período anterior. A análise produtivista desse processo conduz ao equívoco de contemplá-lo tão somente sob a ótica da maior relação entre agri-

cultura e indústria com a intersecção produtiva crescente implementada pelo processo de industrialização derivado da Segunda Revolução Industrial. Em economias continentais como a brasileira, exigente em irradiar esse processo por largo espaço territorial, essa transformação conforma-se como um autêntico processo de agroindustrialização. A exigência de alastramento do desenvolvimento para um amplo espaço geográfico constitui-se na opção pela transformação da agricultura.

Esse ângulo da realidade representa com fidedignidade as transformações nas estruturas de mercado das cadeias de produção dos agronegócios, a nova face integrada do complexo produtivo da agricultura. A agropecuária consolidou-se como um elo da produção de riqueza multiplicada por segmentos emancipados do antigo complexo rural para formar os estratégicos segmentos da agroindústria de insumos e máquinas, das agroindústrias processadoras e das agroindústrias de alimentos e vestuários. Os mecanismos de certificação de qualidade e de rastreabilidade típicos do novo padrão produtivo concedem lastro à necessidade de uma visão integrada e integradora da cadeia de produção, que é absolutamente fundamental para a inserção competitiva na nova ordem dos agromercados globalizados.

Essa leitura se mostra fundamental para a ação produtiva dos agentes das cadeias de produção, buscando uma crescente orquestração de interesses na conjunção de uma harmonia que conduza à sustentabilidade da inserção competitiva setorial. Mas o novo momento histórico exige que essa leitura produtivista seja ampliada sem o que não estarão postos os requisitos para a estruturação e consolidação dos instrumentos que sustentarão a alavancagem do padrão produtivo dos agronegócios num novo ciclo de desenvolvimento. Há que se romper com a leitura típica da reprodução simples do capital lastreada na seqüência de produção de mercadorias (M) para transformar em dinheiro (D) e permitir a obtenção de mais mercadorias (M'). Essa repro-

¹Registrado no CCTC IE-84/2004. Este trabalho limita-se à discussão do desenvolvimento do capitalismo na agricultura nos seus elementos mais gerais, focando a inserção setorial na lógica financeira como decorrente do próprio devir histórico do movimento de reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, analisa o conteúdo das transformações setoriais no caso brasileiro, ao mesmo tempo em que busca lançar luz sobre os possíveis desdobramentos desse processo, na dinâmica de uma economia continental globalizada como a brasileira. Portanto, centrado na expansão do padrão texano das lavouras de *commodities* e da pecuária a pasto, tem-se nítido que essa agricultura, na mesma medida em que avança gerando renda e saldos comerciais elevados nas contas de comércio exterior, provoca a perda de postos de trabalho como os 1,8 milhão de empregos setoriais que deixaram de existir na agricultura brasileira no período 1994-2003 (GONÇALVES, 2004). Também tem-se claro que esse padrão agrário centrado nas lavouras e nas criações de escala concentram capital e renda. Mais ainda, reconhece-se que nas conjunturas em que os lucros unitários são pressionados para baixo, a opção do capitalista para ampliar a massa de lucros consiste na expansão ampliando área do empreendimento e o rendimento operacional das máquinas (ha/trator), gerando maior concentração da riqueza patrimonial e da renda setorial. Uma das preocupações da análise é exatamente mostrar a falsa contradição entre desenvolvimento capitalista e a lógica do capital financeiro porque se trata da forma histórica mais elevada de capital enquanto capital em geral. As preocupações estruturais são relevantes e pertinentes, mas estão em descompasso com a institucionalidade vigente, submergindo frente aos elementos fundantes da atual lógica inerente às transformações do capitalismo tardio brasileiro, havido em encurtar a distância do tempo histórico frente ao capitalismo mundial.

²Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

dução M-D-M' consiste no processo da situação anterior da agricultura, antes de engendrar o vigoroso processo de transformação levado a cabo no mundo desde o final do século XIX e consolidado no Brasil na década de 80 do século XX³.

Com as mudanças estruturais da agricultura brasileira, ensejadas durante o século XX, é preciso ter claro que isso representou a irradiação, por todo espaço produtivo setorial, da lógica da reprodução ampliada do capital lastreada na ação tipicamente capitalista de aplicar dinheiro (D) na produção de mercadorias (M) com o objetivo de obter mais dinheiro (D'). As distinções entre as lógicas de ação dos agentes econômicos na reprodução simples e na reprodução ampliada do capital são nítidas e fundamentais, quaisquer que sejam: na reprodução simples o objetivo é obter produto - para seu consumo ou venda de excedente -, e na reprodução ampliada o lucro (D' maior que D)⁴. Essa nova condição é a única compatível com a ação de produção especializada em produtos e processos, o que por si só já implica numa interdependência do agente econômico com outras instâncias dos mercados. Mais ainda, cada vez mais o capital assume a sua condição de capital em geral, deixando submersas adjetivações, tais como: capital produtivo, capital agrário e capital industrial, para

assumir a sua forma desenvolvida de capital financeiro⁵.

A sobrevivência do agropecuarista o leva a focar num produto específico, rompendo com sua auto-suficiência e separando o agente produtivo do consumidor. Não mais produz orientado pelo seu consumo, mas para obter renda para que possa consumir produtos de outros. A condicionante mais relevante dessa mudança que o tornou capitalista na sua acepção plena, está no fato de que sua ação produtiva exige mais que terra e trabalho, exige dinheiro (D) para aplicar na atividade produtiva com a compra de máquinas, de insumos e de capacidade de trabalho dos empregados. Nesse momento, explicita-se a presença do crédito como elemento indispensável do processo de desenvolvimento capitalista e a solidez do padrão de financiamento como axioma da alavancagem do investimento para a realização e expansão da produção. Noutros termos, a reprodução ampliada do capital inseriu de forma plena a agricultura na lógica da financeirização da riqueza num universo globalizado. Nesse sentido, os movimentos setoriais de desenvolvimento da agricultura se dão nesse contexto e com base nessa lógica é que devem ser pensadas as estratégias para o novo ciclo de expansão setorial.

2 - AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: para mais além da tendência secular à insignificância setorial

As transformações produtivas promoveram significativa alteração nas relações do campo com outros segmentos da agricultura que se emanciparam formando novos segmentos produtivos setoriais. A estrutura do antigo complexo rural que contemplava a agropecuária como única atividade produtiva da agricultura, sofre profundas mudanças com a criação dos novos segmentos que ampliam a abrangência da agricultura, reduzindo a participação da agropecuária nes-

³Os conceitos de reprodução simples e de reprodução ampliada do capital foram elaborados por Karl Marx, na Seção I denominada "As metamorfoses do capital e seu ciclo", constante do Livro Segundo, "O processo de circulação do capital", da obra clássica "O Capital: Crítica da Economia Política" que foi editado em 1890 por Friedrich Engels, após a morte do autor (MARX, 1984). Sobre esses conceitos se manifestaria John Maynard Keynes em 1933, da seguinte forma: "A distinção entre a economia cooperativa e a economia empresarial ostenta alguma relação que traz em si a engenhosa observação de Karl Marx - embora o uso subsequente da mesma seja ilógico. Ele mostrou que a natureza da produção no mundo atual não é, como os economistas freqüentemente supunham, um caso de M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria), isto é, a troca de Mercadoria (ou esforço) por Dinheiro de modo a obter outra Mercadoria (ou esforço). Esse pode ser o ponto de vista do consumidor privado. Mas não é a atitude dos negócios, a qual é um caso de D-M-D' (Dinheiro- Mercadoria- Dinheiro), isto é, parte do Dinheiro para obter Mercadoria (ou esforço) para obter mais Dinheiro" (KEYNES, 1971-1983).

⁴Essa ocorrência se manifesta mesmo nas sociedades cooperativas em que os excedentes financeiros são distribuídos na forma de sobras em consonância com a participação de cada associado nos movimentos da cooperativa. Dessa maneira, as cooperativas tem compromissos com a valorização crescente do capital de seus associados similares aos das empresas capitalistas, familiares ou sociedades anônimas. Para maior compreensão desse tipo de empresa ver Gonçalves; Vegro (1994).

⁵A concepção de capital financeiro tem especial contribuição na análise de Rudolf Hilferding, datada de 1910, onde coloca que os traços mais característicos do capitalismo "moderno" são constituídos pelos processos de concentração que aparecem pela abolição da livre concorrência e pela "relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessa relação que o capital vai assumir a forma de capital financeiro, sua forma mais elevada e abstrata" (HILFERDING, 1985).

se complexo produtivo. Não sem razão, que os teóricos da formulação tradicional de desenvolvimento, com foco restrito à propriedade rural, destacavam como indicador desse processo a tendência secular à insignificância da produção biológica na agricultura, a qual no seu dever de mudanças perderia importância relativa no emprego e na renda. Mas para essa escola do pensamento econômico, agricultura e agropecuária se confundiam, diferenciando os setores econômicos entre primário (agropecuária), secundário (indústria) e terciário (serviços). Noutras palavras, na forma como a agricultura era pensada na teoria de desenvolvimento na sua formulação tradicional, ao responder por níveis de emprego e de renda proporcionalmente cada vez menores em relação ao conjunto das economias nacionais, ela passaria de segmento principal a secundário na transformação da economia agrária em urbano-industrial desenvolvida. Portanto, à agricultura estava dado o vaticínio de desenvolver-se para se tornar insignificante⁶.

As transformações econômicas que moveram a história das sociedades produziram a superação do paradigma da teoria de desenvolvimento econômico na formulação tradicional, redefinindo conceitos e abrangências. A persistência da relevância estratégica da agricultura, em especial em economias continentais desenvolvidas, exigiu a construção de um novo paradigma. O desafio estava posto, na medida em que nações capitalistas líderes do processo de industrialização, e que implementaram profundas mudanças estruturais no curso de seus respectivos desenvolvimentos capitalistas, como a Europa unificada e os Estados Unidos da América, mantinham na agricultura não apenas um setor estratégico mas, principalmente, com papel relevante na renda e no emprego nacionais e na segurança alimentar. A ocupação de amplos espaços geográficos com processos econômicos que am-

pliassem a fronteira da acumulação de capital com incrementos na demanda industrial e que agregassem valor sustentou o desenvolvimento dessas nações. Nenhum setor econômico daria conta da irradiação do processo de acumulação capitalista para amplos espaços geográficos, dado que, para atingir até as muralhas da China⁷, o capitalismo não poderia circunscrever-se às fábricas como feitorias dispostas à orla das praias nos limites da preamar máxima.

As transformações produtivas derivadas das revoluções industriais produziram alterações substantivas na agricultura, despregando-se de sua base restrita à agropecuária para emancipar segmentos que impulsionaram a renda e o emprego em novos negócios enquanto indústrias ou serviços. Do artesanato para a manufatura e da manufatura para as primeiras fábricas, emergiram os movimentos que resultaram da Primeira Revolução Industrial, na verdade uma revolução agro-industrial porque se deu com base nos têxteis, primeiro com a lã dos ovinos do sudoeste da Inglaterra e depois com o algodão do sul dos Estados Unidos da América⁸. Um enorme conjunto de funções, como as fábricas de implementos, primeiro para a tração animal, como arados e outras ferramentas, depois com os tratores movi-

⁷Esse vaticínio expresso por força da análise da relação entre burgueses e proletários, ainda no século XIX, foi desenvolvida por Marx; Engels (1980) na redação do "Manifesto Comunista". A recente aquisição de linha de produção de computadores de grande empresa norte-americana por estatal chinesa parece ser um exemplo emblemático desse vaticínio marxista para o capitalismo.

⁸A importância das transformações da chamada Primeira Revolução Industrial, centrada na agroindústria produtora de bens de consumo é inequívoca. Mantoux (1988), historiando o século XVIII, mostra o impacto da produção em escala de algodão no Sul dos Estados Unidos para garantir a oferta de matéria prima para as fábricas em substituição à lã de ovinos do Sudoeste da Inglaterra, pois uma doença dizimava os rebanhos. A agroindústria propiciou inovações que revolucionaram a vida humana com o aumento da expectativa de vida pela higiene pessoal que eliminou as infecções que eram a principal causa das mortes humanas. David Landes argumenta que *"o principal produto da nova tecnologia que conhecemos como a Revolução Industrial foi o algodão barato e louvável; e, paralelamente, a produção em massa de sabão feito de óleos vegetais. Pela primeira vez, o homem comum podia se dar ao luxo de adquirir roupa de baixo, outrora conhecida como roupa branca porque feita de linho, tecido lavável que as pessoas abastadas usavam junto à pele. O indivíduo podia lavar-se com sabão, e até tomar banho, embora o hábito de banhar-se em excesso fosse visto como um sinal de sujeira ... A higiene pessoal, mudou drasticamente, de modo que a gente comum do final do século XIX e o início do século XX, em geral vivia mais asseada que os reis e rainhas de um século antes"* (LANDES, 1998).

⁶A formulação tradicional das funções a serem desempenhadas pela agricultura no processo de desenvolvimento econômico com o vaticínio da tendência secular à insignificância na participação na renda e no emprego pode ser vista em Johnston; Kilby (1977). Para acesso a uma análise focada na agricultura brasileira ver Dias (1967). A questão fundamental da crítica à formulação tradicional da agricultura está associada ao fato de que aplica uma concepção restrita à agropecuária, sem considerar as agroindústrias e os agrosserviços que se estruturam nesse processo. Por isso concluem pela inexorabilidade da tendência secular à insignificância que representa resultado incompatível com a importância da agricultura nas economias continentais do capitalismo desenvolvido.

dos a vapor, óleos vegetais e finalmente diesel na civilização do petróleo. Nesse sentido, já na Segunda Revolução Industrial, para o desenvolvimento da imensa economia industrial norte-americana⁹, os tratores de John Deere foram mais relevantes para a dinâmica da economia continental que os automóveis de Henry Ford. As indústrias de químicos, como fertilizantes e defensivos, formaram-se no mesmo movimento que empresas especializadas em genética emergem do campo para os laboratórios de engenharia genética. A enorme diversidade de produtos da indústria rural sustentou a formação de agroindústrias de processamento e de alimentos, primeiro com a produção de açúcar, contemporânea da têxtil e formada em bases similares, embora não tenham se deslocado para as cidades.

Nesse processo que vem sendo aprofundado desde o início do século XIX com a revolução agro-industrial dos têxteis, realizada numa nação insular como a Inglaterra, avança de maneira expressiva com o desenvolvimento capitalista da economia continental, formada pela expansão que daria origem à nação representada pelo Estados Unidos da América (EUA) e nos anos mais recentes sustenta a consolidação de várias nações européias, algumas com superação de históricas desavenças, para juntar-se na União Européia. Ressalte-se que desde o final dos anos 50s, foi na agricultura que se sustentou a mais relevante interação na construção e execução de política comunitária na Europa, a Política Agrícola Comum (PAC) a qual, a despeito das reclamações de outras nações, foi um enorme sucesso ao dar sentido de continentalidade à Europa Ocidental e transformar a agricultura comunitária numa das mais importantes do mundo. Esse complexo produtivo da agricultura, organizado numa rede de agronegócios entrelaçada não apenas em cadeias de produção, mas também incorporando fábricas e serviços amplificou a geração de renda e emprego e, apenas nessa acepção que contraria as formulações tradicionais da teoria de desenvolvimento econômico, pode ser compreendida a expressão da agricultura nas economias industriais desenvolvidas, tais

⁹A proliferação das indústrias promoveu profundas mudanças estruturais e de dinâmica capitalista ao forjarem e expandirem as forças produtivas especificamente capitalistas. Os processos de industrialização estão analisados em profundidade em Oliveira (1985). Uma análise da evolução desse processo no Brasil está brilhantemente periodicizada e sintetizada em Cano (1993).

como as agriculturas norte-americana e européias e as dos *New Agricultural Countries* (NACs), países de agriculturas desenvolvidas, como a brasileira e a australiana. Mas esse devir histórico da agricultura ainda está se realizando com a inserção progressiva da dinâmica setorial no processo inexorável de financeirização da riqueza, funcionando como alavancagem da expansão dos mercados financeiros.

3 - AGRICULTURA COMO COMPLEXO DE AGRONEGÓCIOS: uma leitura técnico-produtiva da nova matriz intersetorial

O complexo produtivo da agricultura desenvolveu-se nessas transformações com a formação de inúmeros segmentos produtivos com estruturas produtivas para mais além dos limites da agropecuária, rompendo com a concepção rural ao formar cadeias de produção que não mais se explicam pela dicotomia campo-cidade. Nessas mudanças, com o capital dos agronegócios tomando a forma de capital em geral, movimentando-se no processo de acumulação no seu ímpeto de valorização, foram consolidados segmentos e ramos de produção para atuarem de forma exclusiva com a agropecuária tanto a montante como a jusante. A emancipação de atividades antes internas às propriedades rurais, que passaram a se constituir em novos ramos das cadeias de produção, fizeram a agropecuária perder espaço relativo no complexo produtivo dos agronegócios da agricultura. Nesse processo em que cada vez mais a produção passou a ser cada vez menos “*fruto da terra e do trabalho do homem*”, na acepção bíblica cristã, não apenas o trabalho foi potencializado e perdeu espaço para a mecanização e automação, mas também a terra perdeu espaço para a fertilização, correção e genética que impulsionaram a produtividade da terra¹⁰. A agropecuária moderna pode ser feita com menos terra e menos trabalho, mas com muito mais capital, estando inserida na lógica de

¹⁰As mudanças tecnológicas alteraram de forma radical o sentido da produção agropecuária, antes movida à quantidade e qualidade da terra e do trabalho. No limite há espaço para a quase plenitude da mecanização e automação gerando a quase ausência de trabalho, que passa a ser mero expectador da produção não atuando diretamente sobre o produto. Também nos cultivos protegidos há a quase ausência de terra que passa a ser indiferenciada e apenas suporte da produção e não mais seu veículo.

expansão da reprodução ampliada do capital. O complexo de agronegócios da agricultura pode ser visualizado enquanto uma estrutura de segmentos setoriais onde a produção biológica passa a ser veículo estratégico para a combinação de insumos e instrumentos gerados fora dos campos e a ser fornecedora de bens intermediários para estruturas de agregação de valor, envolvendo empreendimentos em cadeias que se iniciam nas fábricas de insumos e maquinaria e finalizam-se nas estruturas de varejo¹¹ (Anexo 1).

As agroindústrias de bens de capital da agricultura resultam da emergência da produção de agroquímicos (dado o incremento do uso de fertilizantes, de adubos e de defensivos), da agromecânica (que abrange máquinas, implementos e equipamentos) e a crescente agrobiologia (fábricas de insumos biológicos¹²). Essa estrutura tem ligação direta com o incremento da produtividade operacional do trabalho (relação área/homem) multiplicado pelo crescimento da produtividade da terra (produção por unidade de área), o que amplifica o avanço da produtividade do trabalho (produção por área). Nas lavouras e criações de escala, nas quais o Brasil é líder mundial, essa tendência prevalece de forma decisiva, definindo o patamar de competitividade agropecuária.

Na agropecuária, elo de produção biológica das cadeias de produção, as estruturas

produtivas apresentam relevante diferenciação de dinâmicas, dadas as especificidades que lhes são inerentes, conduzindo a distintos perfis e tamanhos da demanda de produtos oriundos da agroindústria de bens de capital da agricultura. A diversidade de situações decorrentes dessas peculiaridades faz criar três grandes agrupamentos de atividades, sendo as lavouras, para cultivos referentes às cadeias de produção vegetal, o extrativismo, para explorações de recursos naturais sem cultivo, cada vez mais raras, e as criações para a produção animal. No extrativismo, a atividade mais importante tanto no plano mundial como no brasileiro consiste na pesca exploratória (marítima e continental). Há ainda extrativismo vegetal como a coleta de plantas ornamentais e medicinais, além da erva mate e do carvão vegetal, mas com menor peso na renda agropecuária. De qualquer maneira, o imbricamento de qualquer modalidade de produção biológica no movimento das cadeias de produção impulsiona a internalização de elementos forjadores da condição de capital em geral orientado pela concretização de sua reprodução ampliada.

Nas lavouras, a diferenciação por ciclo entre permanentes e anuais decorre da composição do capital fixo e por isso mesmo da lógica do investimento, pois embora também seja uma decisão irreversível sem prejuízos palpáveis, nas lavouras anuais o espaço de tempo em que essa decisão possa ser revista é muito menor (no máximo 120 dias) que nas lavouras permanentes (mínimo de 5 anos). Outra distinção que se faz necessária, diz respeito aos sistemas de cultivo associados à terra e aos modernos sistemas de cultivo de olerícolas que prescindem da terra, como os cultivos hidropônicos que são verdadeiras “fábricas vegetais”. Nas criações, verifica-se do mesmo modo aquelas associadas a pastagens (principalmente bovinos), que inclusive é um atributo que confere diferenciação pela qualidade no mercado internacional, as semi-estabuladas (por exemplo, eqüinos e suínos) e as criações em confinamento, que poderiam ser denominadas “fábricas de proteína” como as granjas avícolas, ou mesmo as estruturas de confinamento para terminação com vista ao abate de bovinos. Não associada à terra mas vinculada a recursos pluviais e marítimos, há a criação aquícola, para produção de peixes e outros organismos aquáticos, tanto como pescado continental como marítimo. Ainda que linhas gerais típicas de exploração econômica pos-

¹¹As transformações recentes na estrutura técnico-produtiva da agricultura, impulsionadas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) estão detalhadas em Kageyama et al. (1990). Para as políticas de agregação de valor das agroindústrias processadas no período posterior à metade dos anos 60s, ver Belik (1992).

¹²Esse segmento tem apresentado crescente e significativo processo de diferenciação em relação à sua base rural no período recente, tanto com base na manipulação genética como na multiplicação em ambientes controlados. A produção de mudas por exemplo tem parcela relevante de sua execução realizada em laboratórios de multiplicação vegetativa a partir de matrizes mantidas em ambientes protegidos com o intuito de limpar e gerar materiais livres de viroses e outros patógenos. De outro lado são representativas as biofábricas, denominação de laboratórios especializados na produção de fungos entomopatogênicos como os empregados no combate da cigarrinha da cana ou de inimigos biológicos de pragas relevantes como a vespinha *Cotesia flavipes* introduzida no Brasil em 1994 a partir de Trinidad e Tobago para combater a broca da cana *Diatrea saccharalis*, que gerava prejuízos de US\$100 milhões que atualmente estão reduzidos a US\$20 milhões (SILVEIRA, 2004). As biofábricas que já fazem da experiência canavieira brasileira a maior ação mundial de controle biológico, tendem a ampliar seu espaço nas cadeias de produção dos agronegócios.

sam ser elencadas, há um amplo espectro de cadeias de produção que integra o complexo produtivo da agricultura enquanto agronegócio. Uma característica marcante no caminho da profissionalização é a especialização das propriedades, condição de ganhos de eficiência e de escala para uma inserção consistente no movimento de desenvolvimento setorial.

Nas agroindústrias de processamento estão situadas as estruturas industriais resultantes da emancipação e desenvolvimento do antigo artesanato rural, indo desde a agroindústria, pioneira do processo de industrialização representado pelos têxteis e vestuários, passando pela imensa base produtiva da agroindústria de alimentos, alcançando a agroindústria florestal e uma gama de processamentos diversos, inclusive com plantas multi-produtos ou de mistura de matérias-primas. A distinção central nas agroindústrias de processamento está na visualização de dois grandes grupos: um representado pelas plantas industriais e estruturas empresariais produtoras de bens intermediários e outro relativo a estruturas empresariais distintas relativas às agroindústrias de alimentos produtoras de bens finais. Essa diferenciação no caso brasileiro, em que a plenitude do desenvolvimento da agroindústria de alimentos para a oferta de bens finais ainda não atingiu o ápice das possibilidades, permite formar uma compreensão da oportunidade de impulsionar a agregação de valor. Uma agroindústria de alimentos na fabricação de um bem final pode ter distintas agroindústrias de bens intermediários como fornecedoras, tais como os laticínios com sabores, o que envolve leite e polpa de frutas, e outra ainda mais diversificada quanto aos fornecedores, como a de pratos prontos congelados. De qualquer maneira, a amplitude de possibilidades conforma relações específicas entre empresas e mesmo entre fábricas de uma mesma empresa, gerando um nexo de relações contratuais, formais ou não, que cimenta o processo de produção.

A ampliação da base técnico-produtiva das cadeias de produção dos agronegócios pela emancipação de novos segmentos da produção, gerando novos agronegócios, representa um processo que ainda não chancelou toda sua potencialidade. Essas possibilidades estão presentes tanto na agropecuária, com cultivos ou criações de novas espécies vegetais ou animais, como na agroindústria de processamento pelo

desenvolvimento de produtos com novas matérias-primas ou pela combinação entre as mesmas, ou ainda na agroindústria de bens de capital pelo lançamento de novas máquinas e implementos ou produção de novos insumos. A ampliação de negócios pode mesmo ser impulsionada pela eliminação de problemas setoriais como a reciclagem e aproveitamentos de resíduos produtivos diversos. Mais que uma contestação do padrão produtivo, essa prática significa a superação de constrangimentos técnicos produtivos com efeitos ambientais deletérios. Ao forjarem a base de novos negócios, os resíduos geram a ampliação das bases de reprodução do capital. No passado, o vinhoto era um poluente na agroindústria sucro-alcooleira, transformado em adubo significou mais que a eliminação de uma restrição ambiental ao desempenho setorial, ao promover a redução dos custos da produção de cana. A utilização do bagaço de cana em processos de co-geração de energia revela outra opção de negócio que impulsiona a geração de riqueza, esse resíduo também pode ser associado à levedura de fundo de dorna na alimentação animal. Alavancagem da agregação de valor com base na reciclagem da economia de resíduos é funcional com a sustentabilidade da reprodução ampliada do capital, transformando ameaças em oportunidades¹³.

A base técnico-produtiva das cadeias de produção, do ponto de vista da estrutura de

¹³Como colocam Meirelles; Gonçalves (2000), "a economia do aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios passa, por conseguinte, pelo aproveitamento de toda a potencialidade de geração e uso de subprodutos gerado pelo processamento de uma dada matéria-prima bruta. Assim, busca-se incrementar à exaustão o potencial de geração de oportunidades de trabalho e de renda, contribuindo para o desenvolvimento econômico das regiões e das nações. Esse tem sido o desígnio das transformações econômicas desde o surgimento da grande agroindústria têxtil na Inglaterra no século XIX, tendo ganho grande impulso com a agroindustrialização costa a costa da economia continental dos Estados Unidos da América do Norte no século XX e tudo indica que seja uma perspectiva inexorável das nações que encaminharem seu desenvolvimento no século XXI. O elemento de universalidade do processo de desenvolvimento econômico das nações está nas distintas capacidades de transformar os seus complexos rurais em amplos complexos produtivos dos agronegócios, criando e consolidando segmentos pela emancipação de tarefas antes restritas às propriedades rurais e pelo impulsionamento da geração e exploração de subprodutos. Nesse processo histórico, ao reconceituar-se resíduos e dejetos dando-lhes o status de subprodutos estratégicos de novas 'indústrias', transformam-se constantemente, ameaças em oportunidades. Esse é o grande desafio das políticas públicas".

mercado com reflexos na formação de preços, antepõe duas agroindústrias organizadas na forma de grande empresa a uma realidade de agropecuária dispersa. Essa dominação do grande capital exerce duplo poder de mercado sobre a produção biológica, a qual, mesmo com as imensas lavouras de escala da produção de *commodities*, apresenta estrutura de concentração do capital muito inferior à verificada nos grupos empresariais agroindustriais. Numa realidade como essa, em que a harmonia pela orquestração de interesses se revela primordial para a competitividade em economias globalizadas, os processos de formação de preços são fontes permanentes de tensão, o que acaba impulsionando a integração vertical para trás, levando a níveis de concentração do capital ainda mais elevados, como se revela no tempo histórico o caso da agroindústria sucro-alcooleira que fez letra morta o Estatuto da Lavoura Canavieira, concebido e adotado no Brasil nos anos 50s do século XX, com a pretensão de evitar a concentração da produção dominada pelos usineiros. Na verdade, já no final do século XIX, a estruturação dos engenhos centrais tinha como premissa a separação do empreendimento industrial da lavoura canavieira, linha de ação que sucumbiu frente a uma estrutura empresarial que brotou da terra, primeiro com grandes escravocratas, depois com grandes proprietários de terra, tomando a forma de grandes empresas agroindustriais no Brasil contemporâneo. Ressalte-se que as grandes empresas sucro-alcooleiras brasileiras atuais, notadamente a paulista, não representam a mera continuidade do velho latifúndio canavieiro colonial, tendo origem principal no contingente de imigrantes do início do século XIX e no investimento de capitais financeiros no campo, cuja associação com grupos empresariais da agroindústria nacional e a participação na matriz energética cresceu nas últimas décadas.

A proliferação de mecanismos de venda antecipada de safras, de operações lastreadas em instituições de administração de risco, como as Bolsas de Mercadorias, e de outros mecanismos de contratualização - na tradição do padrão norte-americano de organização setorial que se fez dominante no mundo ocidental - representa um caminho para "gerenciar" essa discrepância de poder de mercado interna às cadeias de produção dos agronegócios. Mais ainda, porque os ajustes acabam se produzindo no campo,

onde se localiza o elo tomador de preços. Isso porque a grande empresa da agroindústria de processamento enfrenta a solidificação de duas estruturas empresariais de mesma ou ainda maior magnitude de concentração do capital, que são os oligopsônios representados pelas "*trading companies*" atuantes no comércio exterior - que também atuam comprando diretamente dos agropecuaristas para produtos não processados - e pelas grandes redes de supermercados. Dado que ambos oligopsônios têm imenso poder de mercado e conseqüentemente de formar preços, na execução de sua governança sobre o processo, quando submetidos a pressões que comprometam suas margens, adotam estratégias de repassar o ajuste para os elos à montante das cadeias de produção. Essa realidade pode magnificar conflitos que comprometam a sustentabilidade da competitividade setorial, exigindo a necessidade de gerenciamento e distanciamento desses conflitos de interesses. Caso contrário, a avalanche deságua em maior concentração empresarial uma vez que a expansão da acumulação de capital, e mesmo o desenvolvimento nacional, não podem estar alicerçados em bases tão vulneráveis. A criação e o fortalecimento desses mecanismos de gerenciamento de riscos, sob a ótica institucional como as câmaras setoriais ou de mercado como as operações em Bolsas de Mercadorias ou ainda contratos bilaterais, representa caminho alternativo.

4 - AGRICULTURA NO CAPITALISMO DESENVOLVIDO: superando os limites da estrutura técnico-produtiva

As análises sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura firmaram-se no aprofundamento da compreensão das transformações nas denominadas relações entre a agropecuária e a indústria. Nessa visão, o limite estrutural estabelece-se nas divisas das propriedades rurais, sobre as quais transbordam as forças produtivas da agricultura derivadas da ampliação da agregação de valor pelo processamento agroindustrial de matérias primas rurais e pelo crescimento do uso de insumos e máquinas nos processos agropecuários. As atividades produtivas alargam-se para fora das porteiras das fazendas no proliferar de fábricas de insumos e máquinas e de processamento agroindustrial que

respondem por parcela expressiva do trabalho e da renda empregados na agricultura. Entretanto, esse aspecto corresponde apenas a um elemento das mudanças na medida em que se leva ao limite as possibilidades de reprodução do capital, que ultrapassa também as paredes das fábricas, indo para mais além da estrutura técnico-produtiva na proliferação de amplos segmentos de agrosserviços nas diversas cadeias de produção dos agronegócios¹⁴.

Ainda muito vinculados à estrutura técnico-produtiva, há a ampliação dos agrosserviços de preparação e logística, que correspondem à incorporação ao produto agrícola de utilidades de forma (beneficiamento), lugar (transporte), posse (acesso) e tempo (armazenagem). Esses serviços assumem concepções diversas em função das especificidades das cadeias de produção, podendo envolver o processamento de preparação, embora não alterem a característica essencial dos produtos, como as serrarias que fornecem madeira para a construção civil e lenha para consumo. Há ainda para produtos frescos consumidos “*in natura*” como as frutas e olerícolas, que passam por classificação e tratamento pós-colheita nas casas de beneficiamento (*packing houses*) e que desempenham, nessas cadeias, um papel similar às agroindústrias de processamento nas cadeias de produção de processados. As cadeias de produção de produtos consumidos “*in natura*”, alimentos básicos como feijão, arroz, batata, cebola, legumes e outros produtos, passam por estruturas de empacotamento em embalagens mais apropriadas à forma com que são adquiridas pelo consumidor final. Atuando em diversas cadeias de produção e em mais de um elo da estrutura técnico-produtiva há a redução dos impactos da sazonalidade típica da produção biológica pelos agrosserviços de armazenagem. Associa-se nessa busca de superar esses limites da sazonalidade biológica, os agrosserviços de transporte que deslocam produtos em zonas produtivas com colheitas em épocas distintas contribuindo na redução do tempo de estocagem de produtos (“*just in time*”), levando o produto da roça aos destinos de consumo (Anexo 1).

¹⁴A respeito do desenvolvimento da estrutura de serviços, é fundamental a leitura do trabalho de Cyrillo (1986). Trata-se de análise que mostra a transformações não industriais da agricultura no processo de desenvolvimento recente.

A realização da plenitude do desenvolvimento do moderno padrão agrário implica na criação e desenvolvimento de agrosserviços de aprimoramento pela assistência técnica especializada, que permeiam todos os elos e segmentos da estrutura técnico-produtiva, além de outros de ampliação dos negócios. No que diz respeito à maquinaria, há desde a presença de empresas e autônomos (trabalhador mecanizado) na prestação de serviços de preparo do solo, colheita e outros processos produtivos, até a manutenção de tratores, colhedoras e implementos, além dos serviços de terraplanagem e conservação do solo. Essa prestação de serviços não se restringe à agropecuária, sendo também realizada por agroindústrias, dada a relevante prática de contratação da formulação de agroquímicos em plantas industriais multi-produtos, passando pela formulação de produtos da alimentação animal e primeiro processamento de matérias primas agropecuárias (beneficiamento da pluma do algodão e extração de sucos e polpas vegetais), sendo prática relevante nos produtos finais para alimentação humana. Essas estruturas de serviços que permeiam os diversos segmentos da estrutura técnico-produtiva dos agronegócios, que agregam valor aos produtos e processos das cadeias de produção da agricultura, embora não possam ser materialmente identificados nos produtos intermediários e finais, daí que a relativa subestimação das respectivas contribuições ao processo produtivo, ainda que representem uma face fundamental para seu desenvolvimento.

Mas há outros movimentos de ampliação dos espaços para o crescimento qualitativo e quantitativo dos serviços associados às cadeias de produção da agricultura. Existe outra estrutura de agrosserviços relevantes que cobrem todos os elos das cadeias de produção, envolvendo a assistência técnica e manutenção especializada de equipamentos rurais, agroindustriais, laboratoriais e de informática (redes, *software* e *hardware*). Dada a crescente exigência de profissionalização gerencial dos empreendimentos, mesmo nas atividades agropecuárias onde essa característica vem se acentuando com rapidez, há enorme avanço dos agrosserviços de assistência técnica especializada em planejamento e gestão de empreendimentos, de tributação e contabilidade e de gestão financeira. Noutra frente, estão os agrosserviços de pesquisa e desenvolvimento no campo do impulsionamento da inovação tecnológica

de produtos e processos, da qualidade de produtos e processos e a criação e gerenciamento de estratégias de mercado. Finalizando, há o recente crescimento de agrosserviços não agropecuários do campo, representados pelas pousadas, turismo rural e ecoturismo, que mais que alternativas, representam o aprofundamento do padrão agrário¹⁵, ampliando o espaço para a acumulação de capital. Sob a ótica do alargamento das possibilidades de reprodução do capital, esses serviços de “lazer rural” representam um movimento compatível com a lógica capitalista, implicando mesmo numa releitura de tradições e de outros elementos culturais e no aproveitamento da estrutura de antigas fazendas e de espaços ambientais preservados.

Na quadra recente, evoluem os agrosserviços transacionais e de distribuição que permeiam todo o movimento interno das cadeias de produção da agricultura e que ganham progressivamente contornos de elementos essenciais para o sucesso dos empreendimentos. Nos agrosserviços de distribuição estão envolvidas as estruturas de intermediação, representadas pelos “compradores” do interior, pela estrutura do comércio atacadista e pelos equipamentos varejistas na distribuição final. Nesse espaço estão representadas as transações em cadeia que conduzem os produtos da roça à mesa, envolvendo a organização transacional do fluxo produção-consumo, onde emergem o papel preponderante do poder de mercado das redes de supermercados na definição de padrões e dos parâmetros da formação de preços. Similar condição desempenham as

“trading companies”, as grandes empresas exportadoras, que concentram os esforços de vendas dos produtos dos agronegócios nos diversos mercados, não apenas porque estruturam redes mundiais de negócios especializados, compostas de fornecedores e importadores mas, também pela enorme capacidade financeira e de gerenciamento de riscos que desenvolveram. Há ainda os, cada vez mais relevantes, agrosserviços de assessoria às transações pela exigência de serviços profissionais de elevado conhecimento e de alta credibilidade, condição adquirida no acúmulo de experiência na atuação e desenvolvimento de transações. São as corretoras especializadas, fundamentais na nova forma do capital financeiro, para atuarem como facilitadoras de negócios nos vários espaços dos agromercados.

Têm ainda presença ativa no processo, as assessorias de comércio exterior (exportação e importação) nas economias globalizadas e os lobistas e grupos de pressão, para agirem nos espaços definidores de decisões estratégicas como as políticas públicas, seja no campo do aparato regulatório ou ainda nas decisões governamentais específicas como o financiamento do custeio e do investimento. Por último, emergem como próprios do capitalismo contemporâneo, os agrosserviços financeiros típicos da modernidade setorial¹⁶, exigentes de alta competência, experiência comprovada e elevada credibilidade, acumuladas no tempo, para atuarem de forma especializada na linkagem da estrutura técnico-produtiva com o sistema financeiro no seu sentido mais amplo, que vai além do limite de compreensão enquanto sistema bancário. Trata-se das corretoras que atuam com produtos da agricultura negociando “papéis” nas Bolsas de Mercadorias, além das empresas de assessorias de gestão financeira e de acompanhamento de agromercados. Isso porque nesses espaços de negócios, a profissionalização impede o sucesso da improvisação e a formação de expectativas formatadoras de decisões está vinculada ao acesso pleno, e elevada capacidade de inferência, a uma diversa e ampla base dinâmica de informações qualitativas e quantitativas, imersa num emaranhado de análises nem sempre isentas.

¹⁵Muitos, de forma equivocada, tentam caracterizar esses serviços como atividades não agrárias realizadas no campo, o que se mostra tão complicado como a visão de separação entre a agropecuária e a agroindústria. Por certo, ainda que cravadas no campo, existem muitos empreendimentos que se especializam em atividades de ecoturismo e lazer rural. Mas há que se considerar que a manutenção da sustentabilidade dessa atividade econômica implica na utilização de inúmeras práticas de manejo de vegetação e espaços rurais que são práticas produtivas. Também há que se esclarecer que muitas dessas atividades, em especial as de turismo rural, vendem aos visitantes exatamente a oportunidade de vivenciarem a realidade produtiva no campo, como a exploração turística de circuitos produtivos como o Circuito das Frutas em São Paulo. Em qualquer dos casos, se trata de equívoco tentar conceituar essas atividades como não agrárias no sentido de descolá-las do conceito de agricultura ou de não produtivas do campo, quando representam tão somente, como outras atividades que emergiram no processo de transformação capitalista, o alargamento dos limites da acumulação de capital no seu movimento de expansão pelo campo.

¹⁶Profunda e fundamental análise sobre o desenvolvimento da agricultura na lógica do capitalismo financeiro, aprofundando os diversos formatos com que as associações entre capitais se instalam e se reproduzem nas transformações setoriais, foi realizada por Delgado (1986).

As cadeias de produção dos agronegócios no capitalismo contemporâneo na sua face de financeirização da riqueza configuram-se com concepções muito mais amplas e multifacetadas que aquela visualizada na estrutura técnico produtiva, onde somente são três segmentos ligados aos produtos mais visíveis. Mas há outros, inclusive mais determinantes na formação de preços enquanto agentes do consumidor final, como os supermercados, ou enquanto estruturas de acesso a mercados externos, como as *trading companies*. O capitalismo não está apenas submetido ao desígnio de revolucionar sempre os meios de produção, mas também as relações sociais e econômicas de produção. Assim, o processo histórico revoluciona o modo de vida criando mercadorias e mercados, enquanto espaços para a valorização crescente do capital na sua saga de levar ao limite a possibilidade de sua reprodução¹⁷. Nesse dinamismo de desenvolvimento das forças produtivas, o capital absorve contradições e reorienta-as sob sua égide, como são os casos dos amplos negócios das reciclagens de todas as matizes e a redescoberta do

campo enquanto espaço lúdico propício para atividades de ecoturismo e turismo rural na terra. Esse enorme emaranhado, que forma o complexo reprodutivo, que reproduz o capital nos agronegócios numa economia globalizada de produção em massa para uma sociedade de massas, conecta o local no global com a mesma força que reforça as suas especificidades. São movimentos de pretensa contradição, mas que convergem para a mesma lógica do capital em geral, onde não há mais decisão solitária por envolver uma malha ampla e complexa de informações para formar expectativas consistentes que façam revelar a preponderância da lógica do investimento na produção sobre as apostas oportunistas típicas de cassinos.

O desenvolvimento econômico dos agronegócios, pela sua concretude de produção real, não pode ser produzido como decorrência do resultado de jogos, como o bingo, onde sempre há maioria perdedora na mesa de apostas. Mesmo porque nos bingos se a maioria ganha o rateio se mostra reduzido e se alguém ganha muito, resulta de que a maioria perdeu, uma vez que se a maioria ganhou muito quem quebrou foi a banca, desmoronando o sistema como um todo. Nessa quadra do desenvolvimento capitalista, para a qual não há atalhos ou caminhos alternativos à dinâmica do capital financeiro, são fundamentais os aprimoramentos de mecanismos consistentes de coordenação vertical, sem os quais as cadeias de produção são meras e instáveis seqüências de produção. Ainda que cause espécie aos liberais, a regulação estatal se mostra estratégica na plenitude da economia de contratos, capaz de oferecer maior solidez ao desenvolvimento capitalista, mesmo porque em situações de artilharias de poderes díspares nas disputas de mercados, com a financeirização de processos relacionados ao estoque e à reprodução da riqueza, nada recomenda a vigência da idéia de mercado auto-regulável. Há interesses a serem orquestrados e, ainda que na manifestação do *Leviatã* de Hobbes, enquanto monstro capaz de evitar a guerra de todos contra todos, a presença do Estado é fundamental. Mais ainda, a redução do conflito capital-trabalho pela prevalência do capital, não eliminou o conflito na apropriação da mais valia, onde as lógicas do capital produtivo, mesmo com uma aliança com o seu antigo contendor, o trabalho, perdeu poder de hegemonizar o processo que lhe retirou o apelido para distinguir seu nome, capital em geral.

¹⁷ Interessantes as constatações de algumas pesquisas na economia brasileira, como uma recente que verificou que *"boa parte do lucro das grandes redes de varejo do País não está vindo da atividade-fim"* de vendas ao consumidor, o que *"revela uma importância cada vez maior de serviços financeiros de todo o tipo para a obtenção do resultado"*. Com isso, mesmo que com lucro operacional no varejo com margens reduzidas, há empresas que obtêm até 30% de seu lucro proveniente de serviços financeiros (CIGANA, 2004). Essa associação de redes de varejo com instituições financeiras cresce na mesma medida em que nos grandes grupos industriais existem evidências crescentes dessa associação. Na agropecuária, esse mecanismo se mostra ainda pouco desenvolvido quando comparado à indústria e serviços, gerando uma evidente desproporção de margens quando se analisa o processo sob a ótica das cadeias de produção dos agronegócios, uma vez que as margens reveladas nos lucros operacionais (diferenciais de preços nos diferentes níveis de mercado, consumo, atacado e agropecuário) não correspondem ao lucro total. Com isso, dadas as margens operacionais menores e compensadas pelos lucros financeiros, os elos de agroindustriais e de agrosserviços levam nítida vantagem sobre o elo agropecuário. De outro lado, aí está revelada uma faceta não visível do condenado lucro do sistema bancário brasileiro, pois os bancos só podem propiciar lucros financeiros à empresas agroindustriais e dos agrosserviços de varejo, se tiverem elevadas rentabilidades. Nada mais complexo, portanto, que a malha de relações submersas nesse exacerbado lucro financeiro dos bancos. E, mesmo que numa realidade de lucros menores num futuro de maior estabilidade macroeconômica no Brasil, nada indica que essas relações intersetoriais não vieram para ficar, em especial na sua faceta de crédito ao consumidor, que tende a espalhar para todos os elos das cadeias de produção.

5 - REGULAÇÃO ESTATAL E A FIRMA COMO UM NEXO DE CONTRATOS: cooperação e interação entre agentes produtivos

As transformações econômicas, na medida em que implicaram numa contínua especialização dos empreendimentos, estruturando “redes de montagem” do produto final, acabaram por determinar a especialização dos agentes produtivos e o crescimento da interdependência entre os diversos agentes dentro de uma mesma “linha de montagem”, ou ainda num sentido mais amplo, entre as várias “linhas de montagem” que integram a mesma cadeia de produção. Essa maior interdependência, desde logo, implicou numa radical mudança no perfil do Estado Nacional. Na visão vigente, na construção desse processo tinha-se a prevalência do Estado Desenvolvimentista que atuava não apenas como produtor direto, em especial na eliminação dos constrangimentos básicos representados por insumos, energia e transportes, mas também no financiamento do desenvolvimento com base em fundos públicos normalmente aplicados a taxas favorecidas. Esse padrão de intervenção estatal está sendo substituído pela ação do Estado da Regulação, onde as ações governamentais de política institucional não apenas estabelecem normas e procedimentos que regem os parâmetros da atividade econômica como, principalmente, estruturaram o desenvolvimento de mecanismos de mobilização de recursos para financiamento da produção com base no mercado financeiro.

As normas regulatórias imanentes desse novo Estado iniciam-se com aquelas fixadoras dos parâmetros de qualidade certificada com rastreabilidade adequada, estruturando as regras e os mecanismos de sua aferição em produtos e processos. A crescente exigência de padrões de qualidade e da possibilidade de rastrear o produto individualmente em distintos destinos e em diversas origens não apenas atende aos interesses dos consumidores, em especial os de maior renda nos mercados importadores, mas também ao ritmo crescente da redução da distância com base nas vendas por mecanismos virtuais. Mais que isso, essa estrutura de padrões de qualidade e de procedimentos para verificação a qualquer tempo e lugar condiciona de forma decisiva a possibilidade de estruturação de mecanismos de financiamento da produção com base em captações, via venda antecipada de qualquer natureza, nos mercados financeiros. O controle crescente sobre a natureza

com técnicas produtivas conduzem à possibilidade de execução, mesmo numa produção biológica, da oferta futura de produtos com base em características conhecidas e pré-determinadas. Em cima dessas normas regulatórias estruturam-se as possibilidades de construção de financiamento da produção via mercado financeiro, impulsionando a relação entre distintos agentes produtivos. Daí surgem os diversos “papéis” transacionados.

Outra regulação essencial e indelegável do Estado está nas normas de funcionamento dos diversos segmentos do mercado financeiro, com base nas quais interage uma ampla gama de agentes produtivos. Esses atuam transacionando “papéis” numa teia de relações de compra e venda e de estabelecimento de mecanismos de defesa contra o risco (*hedge*) que mobilizam recursos captados junto aos compradores de matérias primas da agropecuária e os agropecuaristas como vendedores dessas mercadorias. Nesse espaço estão presentes ainda as instituições financeiras, bancárias ou não, que viabilizam esse fluxo de recursos, não apenas operando os mecanismos de oferta e tomada de recursos com base em contratos futuros (“papéis” denominados “*comercial papers*”) com diferentes características, dada a enorme amplitude de necessidades definidas pelas especificidades dos negócios e dos produtos envolvidos, bem como na consolidação de procedimentos de redução do risco associado a essas transações. As Bolsas de Mercadorias surgem e aprimoram-se desde o século XIX, para crescentemente assumirem esse papel estratégico para o desenvolvimento capitalista, na mesma medida em que as instituições bancárias avançaram para dar conta do processo de financeirização da riqueza. A escalada global que ganhou corpo no sistema financeiro, face mais visível da globalização, produziu e aperfeiçoou distintos mecanismos de ampliação da capacidade de financiamento da produção, fazendo a mediação entre a produção física e seu espelho financeiro, enquanto elemento intrínseco da moderna economia monetária de produção.

Outro mecanismo regulatório indispensável consiste nas normas e procedimentos das boas práticas comerciais. A característica do fluxo produção-consumo das cadeias de produção da agricultura está definida, mesmo para atividades com significativos retornos crescentes à escala, como as *commodities*, pela prevalência de agropecuaristas ensejando ações individuais, dispersos

em inúmeras propriedades e em várias regiões de produção, negociando com estruturas oligopsônicas que concentram o produto e executam os processos intermediários, as quais por sua vez transacionam com grandes empresas importadoras ou grandes cadeias de supermercados. Na ponta final desse fluxo estão as cadeias de supermercados que detêm o poder de oligopólio frente a consumidores dispersos. Na ponta do consumo, dadas as regras de qualidade e o exercício do poder de compra do consumidor a concentração do poder de mercado se mostra menos problemática. Entretanto, para a concorrência entre as estruturas do varejo e entre as grandes cadeias de supermercados e seus fornecedores, há que se estabelecer mecanismos que garantam boas práticas comerciais como elemento condutor da harmonia entre os agentes das várias cadeias de produção pois, em última instância, os ajustes conjunturais são repassados por reação em cadeia para serem suportados pelo elo mais fraco, o agropecuarista que não tem a quem repassar os ônus. Para produtos que desenvolveram mecanismos de operação em bolsa, como as *commodities*, a venda antecipada pode se constituir numa ação de diluição do risco de preço na safra, pois permite ao agropecuarista, sem pressão das dívidas do crédito bancário para seu capital de giro para custeio da safra, fugir da pressão sazonal de baixos preços. Mas para o fornecedor de perecíveis, as regras de transação com base em boas práticas são fundamentais, dando lastro à especificação de contratos com os demais elos da cadeia de produção.

Em síntese, na nova conformação que representa a moderna economia monetária de produção, há que se repensar a concepção de firma, não apenas na sua acepção concreta de agente produtivo com foco no seu produto e na sua ação produtiva no campo, mas também e, principalmente, na formulação econômica do conceito. A nova economia institucional implica na superação da concepção neoclássica de firma definida como uma função de produção. Numa economia monetária de produção em que prevalecem os mecanismos de regulação e de financiamento da produção lastreados em contratos de matizes diversas, há que se estabelecer a idéia de firma como um nexo de contratos¹⁸. Tanto na sua rela-

ção com compradores e fornecedores, para a plenitude da regulação de certificação de qualidade com rastreabilidade adequada, como nas suas transações com os oligopsônios das cadeias de produção na vigência de boas práticas comerciais, ao agropecuarista está impingida a necessidade de estruturar suas ações com base em contratos. Mais ainda, se quiser ter acesso ao financiamento da produção e aos mecanismos de estabilização de preços via mercado futuro com papéis negociados na Bolsa de Mercadorias. Trata-se dessa forma de uma contingência da inserção no padrão atual da economia monetária de produção típica da realidade de financeirização da riqueza do capitalismo moderno. A plenitude da vigência e do respeito aos contratos representam o alicerce do desenvolvimento capitalista estando o seu estabelecimento generalizado e a estabilidade jurídica entre os elementos explicativos da diferenciação entre o nível de desenvolvimento das nações.

6 - PADRÕES DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO E CICLOS DE DESENVOLVIMENTO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

A análise do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira mostra, em distintos períodos históricos, a prevalência de diferentes elementos impulsionadores da dinâmica setorial, cada qual compatível com seu tempo e seu lugar. Em cada momento histórico, não apenas as forças propulsoras são diferentes como também a concepção da intervenção pública, as quais foram superadas no devir histórico, dando espaço ao engendramento de novos elementos impulsionadores das mudanças¹⁹. No final do século XIX, foram lançadas as bases da nova agricultura brasileira com o complexo cafeeiro que desde logo rompeu com os ciclos anteriores ao estabelecer o fim da escravatura e engendrando o trabalho livre

estudos de Coase (1937) e de Williamson (1985). Essa corrente teórica tem merecido importantes contribuições de pesquisadores brasileiros, como o grupo de excelência liderado por Décio Zylbersztajn, cujas idéias podem ser vistas por exemplo em Zylbersztajn (1995).

¹⁹Há uma vasta literatura sobre o desenvolvimento histórico da agricultura brasileira. As contribuições de inúmeros trabalhos sobre o tema se mencionadas transbordariam os limites da análise aqui realizada. Para os fins desta abordagem indica-se como fontes básicas de consulta duas obras clássicas da historiografia econômica brasileira, a de Furtado (1989) e a de Prado Junior (1969). Detalhamentos no tocante à agricultura, citados em muitas passagens do texto, estão apresentados em Gonçalves (1999).

¹⁸A concepção da firma como um nexo de contratos, bem como o aprimoramento da idéia de custos de transação e o próprio conceito de redes de firmas, são tributárias dos

como relação de produção prevalecente. Embora que sob a égide da agricultura comercial, o ciclo canavieiro nordestino havia sido estruturado com base no trabalho compulsório representado pela escravidão. A economia cafeeira, ainda que impulsionada pela demanda externa, tal como a economia açucareira, consolidou-se e expandiu-se após a metamorfose da riqueza operada pela Lei de Terras de 1850, quando a terra substituiu o escravo na estrutura patrimonial rural.

O ciclo cafeeiro não pode ser entendido apenas com base na enorme quantidade de café dos nobres de Bananal e depois dos barões de Ribeirão Preto. Trata-se de investimentos coordenados realizados pelos agentes capitalistas, em especial do capital comercial. A visão centrada no florescer da rubiácea não dá conta da pujança do complexo cafeeiro. Tome-se como exemplo as principais lideranças desse dinamismo, como a Família Silva Prado que não apenas tinha a Companhia Agrícola Fazenda São Martinho na região de Ribeirão Preto, além dos interesses na Companhia Paulista de Estradas de Ferro - elemento fundante da expansão cafeeira - e participação no Banco de Comércio e Indústria (COMIND) - que fundou em associação com o First Manhattan Bank of New York- estava presente na estruturação da institucionalidade - como membros atuantes da política imperial e depois republicana- e na criação da Bolsa de Café de Santos, da pesquisa cafeeira paulista e dos cursos de engenharia agrônoma. Essa conformação mostra que, ainda na segunda metade do século XIX, quando essa institucionalidade foi forjada, estavam presentes todos os elementos constituintes do que atualmente se concebe como modernos agronegócios. Não há equívoco em afirmar que os Silva Prado foram tão ou mais importantes para a história econômica brasileira que o festejado Visconde de Mauá pois, as estruturas institucionais que ajudaram a definir e erguer, consolidaram as bases do desenvolvimento dos agronegócios e da economia paulista, gerando a sociedade dos engenheiros e o primeiro ciclo de desenvolvimento industrial brasileiro.

A crise do café dos anos 30s, ao eliminar o elemento impulsionador da dinâmica interna dá início a um longo período de transição no qual foram gestadas as bases do ciclo seguinte, iniciado no final dos anos 50s com o Plano de Metas 1957-61 que internalizou a indústria de bens de capital e de bens duráveis, dando lastro aos ciclos econômicos calcados na nova dinâmi-

ca derivada do padrão produtivo da Segunda Revolução Industrial. Dos anos 30s aos 60s do século XX, há um processo de intensa diversificação da agricultura brasileira, mas que foi concretizado não com a força capaz de suplantando o café enquanto principal produto. Ainda na virada dos anos 70s tinha-se na rubiácea o principal produto setorial a despeito da intensa campanha de erradicação ensejada nos anos 60s. De queimada em queimada, o café queimado nos fornos de Getúlio floresceu no Norte do Paraná, colonizando essa nova fronteira que teve seu apogeu torrado pelas geadas da primeira metade dos anos 70s. O elemento que forja a profunda reestruturação produtiva da agricultura brasileira foi estabelecido na metade dos anos 60s, com o crédito rural subsidiado para promover a modernização da agropecuária brasileira e a implantação da agroindústria processadora.

O crédito subsidiado a partir da mobilização de fontes públicas, foi pensado nos anos 50s na acepção de “crédito facilitado” como instrumento de políticas públicas para a agricultura em associação com os preços mínimos, concebidos na mesma época no conceito de “preços remuneradores”. Sua generalização foi viabilizada pelas reformas institucionais da metade dos anos 60s que formaram a base estrutural da expansão dos créditos lastreados na dívida pública. Esse padrão de financiamento do setor público garantiu o sucesso do processo de modernização da agropecuária que impulsionou a demanda de insumos e máquinas, gerando a expansão de lavouras como a soja, o que irradiou plantios por todo território nacional. A utilização intensa de máquinas e de insumos industriais modernos teve a demanda atendida pela expansão industrial de produção desses produtos realizada com base no II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND). No final dos anos 70s, as transformações produtivas lastreadas no crédito subsidiado atingiram seu apogeu após haver promovido profunda mudança estrutural e produtiva na agricultura brasileira. Isso verificado não apenas no crescimento dos índices de produtividade do trabalho e da terra nas lavouras e nas criações, mas também na consolidação da agroindústria brasileira de máquinas e insumos (fertilizantes e defensivos) e na implantação da agroindústria processadora e da agroindústria de alimentos e vestuário.

A profundidade desse processo foi tamanha, que para muitos agentes das cadeias de

produção da agricultura ainda persiste esse padrão de intervenção governamental como formato desejável de políticas públicas para a agricultura. Sob essa ótica, a justificativa para o incremento do uso do insumo barato decorre da facilidade de obtenção de dinheiro que se torna barato pela ação governamental. À parte da magnitude dessas mudanças produtivas decorrentes desse processo, ocorreu uma outra que pouco tem sido destacada, mas que é fundamental por haver lançado as bases edificadoras do novo padrão de financiamento, qual seja, a inserção crescente da agricultura na lógica do sistema financeiro, primeiro para obtenção de crédito barato e depois para outras movimentações financeiras. Resulta disso que praticamente não há agente produtivo da agropecuária, para as cadeias de produção relevantes, que não tenha solidificado sua interação com a realidade do sistema financeiro na sua porta de entrada representada pelo sistema bancário. Essa é uma mudança estrutural tão relevante quanto as mudanças produtivas. Isso porque com o esgotamento do padrão de financiamento do setor público que sustentou a irradiação do crédito subsidiado nos final dos anos 70s, dessa prática emergem os elementos que estão formando o novo padrão de financiamento da produção.

Tanto assim que, contrariando vaticínios quase unânimes de derrocada inexorável da agricultura com o fim do crédito subsidiado, verifica-se dos anos 80s em diante, após o fim do subsídio pela oferta de crédito a taxas negativas - e a redução da disponibilidade de recursos oficiais a taxas positivas, mas subsidiadas e com limite por tomador -, a concretização de sucessivas "supersafras". A agropecuária nos anos 80s cresceu a taxas médias superiores à da economia brasileira como um todo, repetindo tal desempenho tanto nos anos 90s como nos primeiros anos do presente século. As safras de grãos e fibras propiciaram colheitas que saltaram do patamar de 50 milhões de toneladas para o recente recorde de mais de 120 milhões de toneladas. Os *superavits* dos agronegócios na balança comercial saltaram de US\$12,2 bilhões em 1997 para US\$23,9 bilhões em 2003. Como explicar todo esse desempenho sem a sustentação do crédito subsidiado? A resposta está no sucesso das políticas governamentais voltadas para a internalização do padrão estrutural da Segunda Revolução Industrial consolidada na virada dos anos 80s, com o qual a dinâmica setorial pas-

sando a responder a estímulos decorrentes do aprofundamento das relações internas entre os segmentos da agricultura. As próprias estruturas agroindustriais a montante e a jusante da agropecuária geraram mecanismos de financiamento do custeio oferecendo formas de ofertar capital de giro para sustentar os avanços da produção de seus fornecedores de matérias-primas ou dos demandantes de seus produtos.

O esgotamento do padrão de financiamento que deu lastro às políticas de subsídio ao crédito, decorrente da crise fiscal crônica com que abate o setor público brasileiro desde os anos 80s, faz do abandono uso generalizado do subsídio ao crédito como instrumento das políticas para a agricultura um caminho sem volta. Tanto assim que na safra 2004/2005 o financiamento do custeio da safra agropecuária, incluindo todas as cadeias de produção relevantes, exigirá algo em torno de R\$130 bilhões a preços da época de plantio das águas, tendo sido liberados recursos federais a taxas fixas no total de R\$24,9 bilhões, dos quais R\$17,7 bilhões para o segmento agropecuário em geral com foco nos grãos e fibras e R\$7,7 bilhões para os agropecuaristas familiares. Em termos proporcionais, os recursos oficiais a taxas fixas representam em torno de um quinto das necessidades globais (19,15%) e, mesmo os recursos para investimentos estão abaixo das necessidades e somam pouco mais de R\$10,7 bilhões.

Durante todo o período posterior a 1980 ocorre uma fase de transição onde foram sendo gestados mecanismos alternativos de financiamento da produção para o mercado, lastreados na ação direta de compradores e fornecedores da agropecuária. Além disso, no campo institucional, com a superação, na metade dos anos 90s, do período de inflação elevada que impedia o cálculo capitalista consistente, emergem os diversos mecanismos de venda antecipada e crescimento do mercado futuro. Esses papéis contratualizando a agropecuária constituem nas opções mais estáveis e mais consistentes da ótica da lógica do desenvolvimento capitalista e da sustentabilidade estrutural. As operações no mercado financeiro pela colocação de títulos na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) funcionam não apenas como gestão de risco, mas como parâmetros para diversos contratos de venda antecipada. Por incorporarem opção de financiamento da produção associada à redução de risco de preços, gerando uma

estabilidade fundamental para a perenidade de investimentos em inovação, a oferta de papéis nas bolsas de mercadorias associados a outras formas de fazer posição, numa economia de contratos, representa o elemento estratégico da espinha dorsal do novo padrão de financiamento para alavancar o novo ciclo de expansão da agropecuária brasileira, gerando segurança para todos os elos das cadeias de produção.

7 - DISTÂNCIA ESTRUTURAL ENTRE EUROPA E AMÉRICA NA INSERÇÃO DA AGRICULTURA NAS ECONOMIAS DESENVOLVIDAS

A inserção da agricultura na dinâmica do desenvolvimento capitalista decorre de determinantes globais que conferem as características mais amplas à expansão do processo de acumulação, mas está mediatizado por especificidades definidas pela forma como os capitalismos nacionais são acoplados ao movimento mais amplo e globalizado. Em países de capitalismo tardio como o Brasil, com raízes culturais fincadas na face latina do continente europeu, mas com processo de transformação da agricultura pensado e implementado como um espelho das mudanças norte-americanas, há um nítido descompasso entre a cultura e a economia quando se pensa as mudanças setoriais. Tanto assim que se pode afirmar que há uma internalização dos conflitos entre valores típicos do campesinato francês - que são muito distintos dos agropecuaristas familiares norte-americanos - e o processo mais geral das transformações estruturais da agricultura, o qual configura uma nítida imagem de valores texanos das lavouras de *commodities*, tanto assim que se tenta mesmo opor a idéia de agricultura familiar à de agricultura empresarial, quando ambos são agronegócios, mas com configurações estruturais diferenciadas.

Em função dessa dualidade de influências no plano histórico do desenvolvimento dos mecanismos de financeirização da riqueza há, para os brasileiros, o contraponto entre o que se pode denominar modelo norte-americano e o modelo europeu, cada qual decorrente da concepção e da evolução histórica das respectivas políticas governamentais para a agricultura. Desde logo, essas que são as duas maiores estruturas produtoras da agricultura mundial sempre tiveram a

sustentação de políticas agrícolas ativas, ainda que com mecanismos operacionais distintos. Na agricultura européia, representada pela política comunitária da União Européia, há que se destacar fatores históricos absolutamente fundamentais que acabaram por marcar toda a trajetória da agricultura continental. Trata-se da força do campesinato francês, no seu apego à propriedade rural e outros valores que cruzaram séculos adaptando-se mas mantendo enorme poder político nessa nação que é líder da agricultura européia, em particular no campo político em que influenciou outros espaços do campo europeu. Não sem razão que ainda no momento atual, os valores impregnados nas lutas contra as modificações na Política Agrícola Comum (PAC) são derivados da forte presença do campesinato francês.

Essa força cultural e política que acaba por impregnar amplas camadas da sociedade européia foi reforçada pela carestia e pelo flagelo da fome na economia destruída do período pós-guerra, tanto assim que a primeira e, ainda no momento atual, a única verdadeiramente abrangendo toda a União Européia (UE), política comunitária ensejada foi a PAC no final dos anos 50s²⁰. E mais, numa leitura dos objetivos da sociedade européia de priorizar dentre as funções da agricultura no processo de desenvolvimento, aquela referente à regulação do mercado de trabalho controlando os fluxos migratórios do êxodo rural, progressivamente foram formulados e implementados mecanismos de preços e de ajuda direta para produtos estratégicos que garantiriam elevado nível de renda no campo. Uma constatação relevante consiste no fato de que a Política Agrícola Comum (PAC) representou um sucesso na alavancagem da produção na agricultura européia, gerando exportações de vários produtos. Não se trata pois de mera permanência no tempo histórico, relidos pelas mudanças so-

²⁰A construção e aprimoramento da Política Agrícola Comum (PAC) primeiro na antiga Comunidade Econômica Européia (CEE), depois na União Européia (EU), representou na verdade uma resposta conjunta ao domínio norte-americano do pós-guerra, tendo em vista que a possibilidade de uso dos alimentos como arma em conflitos internacionais e instrumento de dissuasão abriu perspectiva para que nações tradicionalmente beligerantes adotassem a PAC como estratégia de segurança alimentar, conceito aí cunhado no seu conteúdo original. A evolução dessa política fez da agricultura comunitária uma das maiores do mundo em função de seu sucesso além de passar a interferir no mercado internacional de vários produtos com exportações subsidiadas para desova de estoques. Uma referência em relação à PAC é o estudo de Marques (1988).

ciais e econômicas, dos valores da cultura camponesa.

As estruturas de proteção da agricultura europeia têm sido revistas na realização de ajustamento aos acordos multilaterais de comércio negociados em várias rodadas desde os anos 60s, mas de forma alguma rompem com seus pressupostos de sustentação da integridade estrutural da agricultura, mantidos ainda que a custos, para muitos, avaliados como elevados. Na União Europeia, só pode se falar em mercado após um dado patamar de proteção definido pela política agrícola. Não há manifestação plena das denominadas forças de mercado na agricultura europeia, tanto assim que no continente não existem Bolsas de Mercadorias operando em larga escala com produtos comunitários, os quais, pelos mecanismos de intervenção, somente são submetidos ao crivo das forças de mercado a partir de dado patamar de preços definidos pelas políticas públicas. Nessa prática que acaba colocando os preços recebidos pelos agropecuaristas comunitários em patamares superiores aos verificados no mercado internacional, não há espaço nem necessidade de mecanismos de venda antecipada, com os quais os capitalistas da agricultura europeia apenas vão ao mercado financeiro com dinheiro após a venda das mercadorias. Enquanto economia monetária de produção, a Europa não encaminhou a inserção da agricultura no movimento mais amplo do capitalismo financeiro.

Ainda que também tenha desenhado estruturas protecionistas, caminho distinto do europeu foi seguido pela política agrícola norte-americana, que sempre foi de intervenção ativa para o desenvolvimento setorial. A diferença fundamental das políticas norte-americanas para a agricultura consiste na intervenção parametrizada pelos agromercados. A própria história dos movimentos da agricultura dos Estados Unidos da América (EUA) está marcada pelo foco no produto e não na terra como no caso do campesinato francês. Os impactos nos custos das tarifas de transportes do Movimento Grange²¹, no

²¹Na agricultura norte-americana, a mais importante do mundo, as raízes históricas foram diferentes. Desde logo, a conquista do Meio Oeste e sua transformação no imenso celeiro de grãos da realidade atual representou a necessidade de intensa inovação tecnológica que transformou o que os ingleses denominavam “deserto inabitável das américas” em terras altamente produtivas. Desde cedo as postulações dos agropecuaristas estiveram ligadas à preços e à busca de criar mercados. Também as políticas públicas tiveram um desenho focado na colagem das me-

final do século XIX, a paridade de preços que começou a ser discutida e implementada nas primeiras décadas do século XX e toda estratégia de sustentação desenvolvida após o *New Deal* está relacionada a mecanismos de preços, mas com foco no produto, procurando sempre acompanhar, ainda que com proteção efetiva, os movimentos dos mercados. Mais que os próprios instrumentos utilizados nas políticas públicas norte-americanas - que também se revelaram um sucesso no impulsionamento da produtividade setorial dos fatores e de crescimento sustentado da produção - forjou-se desde cedo uma vinculação estreita com as estruturas agroindustriais e com o sistema financeiro.

O principal mecanismo de financiamento derivou do modelo de hipotecas para um amplo mercado de títulos lastreados em direitos patrimoniais sobre a terra - preponderantemente nas mãos dos bancos pelos financiamentos avançados com base em títulos de propriedade, mantido o direito de uso da terra -, o que gera outra lógica nos empreendimentos agropecuários. Não existiu e não existe nos EUA, na proporção do tamanho de suas lavouras e criações, nada parecido com o crédito rural oficial brasileiro, nem com as políticas comunitárias de preços agropecuários praticados na Europa. Na proteção da renda, além dos mecanismos de incentivo ao não plantio em conjunturas de excesso de oferta - *set a side* - e das garantias de preços remuneradores lastreados não nos custos mas nos preços internacionais, o principal instrumento de garantia da renda agropecuária consiste num sistema de seguro rural com elevadas taxas de subsídio no prêmio. Todos esses mecanismos, dada a especificidade do desenho de intervenção adotado, criaram nos Estados Unidos da América uma amarração profunda entre a agricultura e o mercado financeiro, onde o mecanismo de Bolsas de Mercadorias para as principais *commodities* configura-se como elemento estratégico de gerenciamento de riscos e de formação de preços, referenciando e mesmo realizando *hedges* para os principais negócios da agricultura.

A adoção de mecanismos no formato

didadas a parâmetros de mercados, quase nunca voltados para a terra enquanto patrimônio. Tanto assim que o Departamento da Agricultura foi uma das primeiras agências estatais, criado em 1862. A análise da inserção do Estado como elemento essencial para a economia americana constituindo o “complexo alimentar” já no século XIX está em Friedmann; McMichael (1989).

do desenho norte-americano, até pelas semelhanças estruturais entre ambas as agriculturas, configura-se como uma tendência das políticas públicas brasileiras. No Brasil, a busca de opções de fontes de financiamento da produção, com crescente desenvolvimento desde o início dos anos 80s do século XX, deriva da redução dos montantes de recursos oficiais destinados ao crédito rural e a decisão de rompimento com a prática de taxas de juros reais positivas ainda que, para os recursos disponibilizados pela política governamental, definidas em patamares favorecidos frente aos custos do dinheiro no mercado. Com muito menos dinheiro oficial disponível a custos subsidiados, a movimentação da engrenagem das cadeias de produção dos agronegócios passou a desenvolver formas privadas de financiar o capital de giro para o custeio da safra. A política governamental brasileira, premissa pela crise fiscal aguda, estruturou estímulos com o desenho de papéis que ampliaram as possibilidades de evolução desses novos mecanismos. O pleno desenvolvimento dessas práticas de alavancagem do financiamento da produção, de maneira que numa conformação ampla abarcando recursos para custeio e para investimento em níveis e condições compatíveis com a demanda setorial, exige não apenas o entendimento do que representa o capitalismo financeiro no tempo histórico mas, principalmente, a superação das imensas reservas, para não afirmar preconceitos, com que os agentes da produção da agropecuária definem as operações financeiras, principalmente aquelas relacionadas aos movimentos em Bolsas de Mercadorias e mesmo operações bancárias mais sofisticadas. Tal como o crédito subsidiado empurrou os agropecuaristas para dentro das agências bancárias, há que se pensar em meios de se familiarizarem com os pregões e outras modalidades do mercado de títulos financeiros.

8 - TÍTULOS FINANCEIROS DOS AGRONEGÓCIOS: mercado de recebíveis dos agronegócios e o novo padrão de financiamento setorial

A problemática das finanças públicas brasileiras e a própria dimensão setorial fazem da volta a padrões de intervenção das políticas públicas praticados nos anos 70s uma inexorável

impossibilidade. O esforço governamental de securitização da dívida dos agropecuaristas, realizado em seguidos ajustes na segunda metade dos anos 90s, representou o último movimento consistente que absorveu a aplicação de somas expressivas de recursos públicos para a produção setorial. Essas medidas reconstruíram as bases do retorno do acesso dos antigos devedores aos mecanismos do mercado financeiro, no qual passaram a se movimentar pelos seus próprios meios. Além da necessidade de ampliação dos investimentos em inovação tecnológica e em defesa agropecuária, que são fundamentais para sustentar a dinâmica da expansão da produção e da competitividade setorial, os recursos mobilizados pelo setor público devem ter sua aplicação priorizada para investimentos estruturais como agregação de valor e diversificação produtiva, inversões em maquinaria para aumento da capacidade produtiva e para a redução de disparidades com aplicações focadas nos agronegócios familiares. O financiamento do custeio da safra agropecuária, do capital de giro das agroindústrias e mesmo de parte do investimento, vem sendo realizado de forma crescente na agricultura brasileira, com base em captações lastreadas em títulos financeiros de recebíveis dos agronegócios, em contratos de entrega futura com agroindústrias de processamento e *traders* e, ainda, de contratos de compra de insumos prazo safra com agroindústrias de insumos.

Entretanto, esse processo de construção da estrutura do novo padrão de financiamento setorial configura-se ainda em curso com um longo caminho a percorrer. A plenitude da financeirização da riqueza como indutora de transformações estruturais no capitalismo agrário brasileiro pode ir muito além do ponto para o qual avançou até o momento. Há inúmeras travas a serem superadas, derivadas da cultura e da prática corrente dos capitalistas da agricultura e dos limites impostos pelas políticas macroeconômicas. A venda antecipada de safras por inúmeras modalidades de contrato, convertendo-se em títulos financeiros ou não, movimentados em bolsas ou em relações bilaterais entre agentes produtivos, dá conta de apenas um aspecto do processo de produção agrícola. O pleno desenvolvimento desses mecanismos com base em ampla e transparente malha de contratos, incorporando mecanismos de gerenciamento de riscos - como na ação de *hedge* com contratos futuros - daria lastro a avanços mais decisivos na

evolução do mercado financeiro brasileiro. Entretanto, há que se ter nítido que os recebíveis dos agronegócios, tal como estão desenhados no caso brasileiro, respondem à necessidade de sustentar decisões de curto prazo. Mas estão ainda, mesmo que para obtenção de dinheiro no curto prazo, muito abaixo das potencialidades de desenvolvimento, sendo que para financiamento do investimento não foram desenvolvidos mecanismos consistentes.

Desde logo, os títulos financeiros são relevantes para a decisão de produção na agropecuária, que tem características peculiares, - nos demais setores são próprias de decisões de investimento - dado que tomada e implementada, não pode ser revista sem prejuízos expressivos. Na fábrica, dada uma queda abrupta da demanda ou na expectativa de preços não remuneradores, o capitalista dispensa empregados, reduz o ritmo ou mesmo pára as máquinas e estoca os insumos adquiridos, deixando de fazer novas compras. Pode reduzir sua produção até o limite desejado de depreciação do seu capital fixo e há amplas possibilidades de reengenharia estrutural para adequar rapidamente sua oferta à estrutura de demanda, principalmente se pratica os modernos conceitos do “*just in time*” direcionados para minimizar estoques de matérias primas e de produtos. Na roça, tal decisão seria impraticável dada a concentração sazonal dos dispêndios variáveis, mais evidentes nas lavouras anuais como os grãos e fibras.

Tomada a decisão de plantio com a realização dos gastos com preparo do solo, adubação e sementeira, que representam parcela expressiva dos custos totais, na seqüência do ciclo produtivo, o agropecuarista torna-se “refém” de sua opção, nada podendo fazer no sentido de revertê-la sem prejuízos, ainda que reduza tratamentos culturais e outras práticas. Feita a colheita, para honrar compromissos assumidos enfrenta ainda a necessidade de vender, ao menos parte de sua produção, numa conjuntura de pico de oferta com preços menores que a média anual. Assim, os títulos financeiros negociados no mercado de recebíveis dos agronegócios não apenas permitem fazer frente ao custeio da produção, sendo uma modalidade de comercialização antecipada, como desloca do período de pico da colheita - com tendência para baixo sobre os preços, a não ser em anos com expectativas de oferta abaixo da demanda esperada - a pressão para adoção

de posição vendedora do agropecuarista. Com o desenvolvimento dos mecanismos de mercado futuro em bolsas, esses contratos futuros podem funcionar como *hedge* frente a instabilidades sazonais nos preços de mercado na safra, seja por pressões de oferta, seja pelos impactos dos juros, que desestimulando carregar estoques freiam a demanda. De qualquer maneira, com esses títulos, por quaisquer mecanismos que sejam, há a equação delineada para a solução do problema de capital de giro para custeio da safra e da redução de riscos de preços face à magnitude dos compromissos assumidos.

A escassez de recursos para financiamento da safra, dados os limites para a tomada de recursos no crédito oficial, à taxa subsidiada de 8,75% ao ano, associou à rentabilidade de empreendedores da agropecuária, resgatados da inadimplência com a securitização das dívidas, têm sido o suporte para o avanço recente do mercado de recebíveis dos agronegócios²². Para as principais *commodities*, são oferecidos créditos privados por empresas de insumos e de processamento de matérias-primas agropecuárias a custos mais baixos que as taxas normais do sistema bancário, em diversas modalidades de contratos. Entretanto, essa prática tem limites, tanto pela sua limitada consistência enquanto mecanismo sustentável no médio prazo com irrigação da agropecuária com montantes de recursos suficientes para os giros de safras cada vez maiores em volume e valor, como pela ocorrência freqüente de conflitos entre os agentes produtivos financiadores e tomadores. Daí, o caminho consistir na solidificação de instrumentos formatados na colocação de títulos financeiros, porque são lastreados em mecanismos contratuais mais sólidos.

Mas essa estratégia para ser conseqüente e atrair investidores institucionais, como os fundos de pensão da previdência complemen-

²²O principal instrumento desse mercado são as Cédulas de Produto Rural (CPRs), criadas pela Lei Federal n. 8.929/1994 - alterada pela Lei Federal n. 10.200/2001 - utilizada como lastro dos novos Certificados de Recebíveis dos Agronegócios, títulos que fazem parte do arsenal de instrumentos privados de financiamento rural, junto com a Letra de Comércio Agrícola (LCA), Fundo de Investimento no Agronegócio (FIA), Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e Warrant Agropecuário (WA), dentro da estratégia das políticas públicas federais para os agronegócios de dar liquidez às transações nesse segmento do mercado de recebíveis para suprir a demanda crescente de crédito rural no Brasil. Sobre o mercado de recebíveis dos agronegócios consultar o interessante texto de Corazza (2004).

tar, devem oferecer “*alternativa completa em termos de rentabilidade, liquidez e segurança*”. Para isso, há que se conjugar continuidade do desempenho setorial altamente favorável com ampliação substantiva do número de emissores em condições de oferecer garantias confiáveis. Mais ainda, a essas condições soma-se o obstáculo interposto pelo “*ganho real dos papéis federais*” enquanto “*principal concorrente no mercado de renda fixa*” (CORAZZA, 2004). Noutras palavras, com a agricultura imersa no mercado financeiro, suas perspectivas dependem da mesma forma que os demais setores da economia, de uma trajetória de queda substantiva das taxas de juros reais, tornando atrativos os recebíveis dos agronegócios. Nessas condições, poderia ocorrer um processo de ampliação dos negócios de títulos financeiros da agricultura, destravando-a para deslanchar num novo ciclo de desenvolvimento, em especial nos mercados de *commodities*.

Uma característica dos agromercados de *commodities* consiste na volatilidade dos mercados desses produtos, levando à submissão dos agentes produtivos, a elevados riscos de preços, o que exige estratégias para reduzir as amplitudes de variação dos mesmos, gerando estabilidade compatível com a formação de expectativas favoráveis às inversões em títulos financeiros da agricultura²³. O caminho para agropecuaristas, processadores, atacadistas e exportadores, no sentido de superar essa instabilidade de curto prazo dos agromercados, seria o de fazer *hedgde* na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). Entretanto, dadas as condições macroeconômicas e estruturais que travam a atratividade dos recebíveis dos agronegócios no Brasil, configura-se uma reduzida expressão das operações nessa instituição fundamental para a inserção plena da agricultura no capitalismo financeiro, impulsionando o desenvolvimento setorial²⁴. Isso a despeito da enorme atra-

tividade para os investidores, em especial os fundos de pensão de aposentadoria complementar, que os diferenciais de preços entre safra e entressafra que se verifica nos negócios do mercado futuro das *commodities* mais relevantes. Os negócios com esses títulos têm apresentado resultados muito superiores à Selic, embora com elevada amplitude de variação entre anos²⁵. Essa atratividade para investidores, entretanto, revela por outro lado a enorme desvantagem para os agropecuaristas, cujo objetivo é exatamente o de reduzir esses diferenciais a patamares aceitáveis. Numa visão de cadeia de produção, há que se verificar que essa operação com títulos negociados em bolsa é fundamental para os agentes do atacado dos agronegócios, em especial para exportadores de *commodities* que fecham contratos de venda para entrega futura e necessitam se proteger de riscos duplos, de preços e de câmbio, inclusive fazendo posição no mercado futuro de dólar.

Ainda que sejam concretizadas condições macroeconômicas e a política de juros promova significativo recuo nas taxas de juros, elevando a atratividade dos recebíveis dos agronegócios, não estariam postos todos os requisitos

mentam os autores que o volume de negócios na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) é incipiente sendo por isso ineficiente, gerando o risco para os investidores de fecharem posições por diferença a um preço justo no momento desejado. “*Em 2003 foram negociados, no total, 2.917 contratos na BM&F, valor insignificante se comparado aos contratos negociados na Chicago Board of Trade (CBOT), que totalizaram um número superior a 17 milhões de contratos no mesmo ano. A alta liquidez dos contratos na CBOT é tida como o principal fator que leva os grandes agentes do mercado a atuarem nessa bolsa*” (MARTINS; AGUIAR, 2004). Quanto à efetividade dos *hedges* de soja brasileira nos contratos futuros na CBOT, o estudo mostra que os *hedgers* localizados mais próximos aos portos de embarque teriam mais efetividade de proteção do que aqueles localizados nas áreas da fronteira agrícola brasileira. Por outro lado, na CBOT a efetividade do *hedge* não é maior no período de safra brasileira que se dá no primeiro semestre, mas sim na entrada do segundo semestre (julho ou agosto).

²³O estudo de Aguiar (2004) analisou a volatilidade dos preços dos principais produtos agropecuários brasileiros, tendo como resultado que o mais importante produto de exportação da agricultura, a soja, só não tem volatilidade maior que a do café. Essas amplitudes de variação de preços decorrem, segundo o autor, das pressões de oferta e de demanda das várias origens e destinos das *commodities* numa economia globalizada, da qualidade da informação na formação de expectativas gerando confiança dos aplicadores. O citado estudo de Aguiar (2004) é importante referência para a compreensão da magnitude da volatilidade dos preços agropecuários.

²⁴Interessante verificar o estudo de Martins; Aguiar (2004) sobre a efetividade do *hedge* da soja em grão brasileiro com contratos futuros na *Chicago Board of Trade*. Argu-

²⁵Essa é a conclusão de estudo da área de Mercados Agrícolas da BM&F, citado por Corazza (2004). No período 1998-2003, “*o desempenho de sete culturas revelou resultados em alguns casos muito superiores à variação da taxa Selic... Em 2003 os melhores resultados ficaram para o Café Arábica, que registrou variação de 18,48% ou 183,47% acima da Selic, o mercado do Boi Gordo teve rentabilidade de 13,90% ou 20,71% sobre a Selic, enquanto que o Algodão registrou rentabilidade de 15,39% ou 64,32% acima da Selic. Em 2002, essas três culturas haviam batido a Selic respectivamente em 128,69%, 199,41% e 576,47%. Em compensação, os mercados de milho, soja e setor sucroalcooleiro perderam da Selic em rentabilidade em 2003, mas chegaram a registrar fortes ganhos em anos anteriores*” (CORAZZA, 2004).

para o crescimento significativo das operações com os títulos financeiros da agricultura. Livres da concorrência desleal dos títulos públicos que, numa realidade de Estado de Direito e de respeito aos contratos, apresentam rentabilidade e segurança inigualáveis, há ainda que serem superados outros entraves à inserção plena da agricultura no mercado financeiro, com o que passaria a refletir a imagem de seu espelho mais nítido, a agricultura norte-americana, cuja estabilidade está assentada em dois mecanismos básicos da administração de riscos, quais sejam o seguro da produção rural contra os riscos agro-ambientais (clima, pragas e doenças) e o *hedge* para riscos de preços. Ambos estão associados de forma inexorável à configuração da estabilidade à agricultura norte-americana, não tendo sentido analisá-las de forma isolada.

A generalização da contratação do seguro da produção rural, estimulada pelo subsídio governamental de até 90% do valor do prêmio pago pelos agropecuaristas norte-americanos, cria uma substantiva estrutura de proteção, não apenas dando mais segurança às suas decisões de investimento e de plantio, como principalmente realizando contratos futuros e negociando-os em Bolsas de Mercadorias para fazer posição em *hedges* de preços. Há enormes possibilidades para que possam cumprir seus contratos de forma plena, com o que os custos das operações, em especial os seguros atrelados às mesmas, se mostram baixos. O menor risco contratual e o menor custo das operações ampliam o número tanto dos compradores como dos vendedores no mercado de recebíveis dos agronegócios, formando o imenso mercado financeiro operando com títulos na agricultura norte-americana. Trata-se assim, de agricultura protegida nos seus principais “*fronts*”, produção e comercialização, do que decorre sua liderança dentre as nações no capitalismo mundial. A agricultura brasileira apresenta indicadores de elevada competitividade produtiva em *commodities* relevantes, mas ainda não desenvolveu os mecanismos financeiros capazes de alavancar a concretização de ciclo sustentado de expansão.

A implantação no Brasil de uma sistemática consistente de seguro da produção agropecuária representa mais que uma exigência do aprofundamento da inserção da agricultura na lógica do capitalismo financeiro, um requisito da configuração do novo padrão de financiamento

do ciclo de expansão setorial. Há que ser construída a orquestração de interesses dos diversos agentes produtivos, convergindo agropecuaristas, comerciantes, agroindustriais, corretores e financistas na defesa do seguro da produção rural como política pública essencial para a formação de expectativas de estabilidade dos agromercados físicos e financeiros. Essa estabilidade representa elemento fundante de decisões de investimento e de produção ao alargar os horizontes de previsão dos cálculos capitalistas pela redução das incertezas. A mudança da estrutura instrumental das políticas públicas brasileiras para os agronegócios poderia ser construída com a migração dos recursos fiscais, atualmente dispendidos na equalização da taxa de juros do crédito rural oficial, para um fundo de equalização do prêmio de seguro da produção rural, configurando níveis desejáveis de seguro barato. Essa sistemática de seguros também seria operada por instituições financeiras privadas na ponta da demanda junto aos tomadores da agropecuária.

Associada a um mínimo de planejamento, com base na definição técnica de zonas aptas a cada atividade dada a tecnologia adequada, a generalização do acesso ao seguro da produção rural teria o impacto da redução progressiva dos valores dos prêmios cobrados pela redução dos riscos, ampliando a base de negócios segurados. Como estímulo à ampliação rumo à generalização das operação de contratos futuros, para diminuição dos custos operacionais, em especial para commodities menos expressivas em volumes de produção, poderia ser definido similar procedimento de equalização dos valores dos prêmios num gradiente progressivo de subsídios bancados pelo fundo do seguro agropecuário, buscando o padrão desejado de barateamento das operações. Assenta-se, assim, as bases para impulsionar o mercado futuro de mercadorias dos agronegócios, ampliando as possibilidades de administração consistente dos riscos de preços da mesma forma que abre as portas para o crescimento da prática de comercialização antecipada enquanto instrumento do financiamento setorial. Essa alavancagem do mercado de recebíveis dos agronegócios com posição em Bolsa, alargando a base de emissores confiáveis, levaria à redução das taxas de juros embutidas nos diferenciais de preços entre a safra e a entressafra, representando fator de pressão pelo aumento da renda agropecuária.

A conjugação da administração dos

riscos agro-ambientais pelo seguro da produção agropecuária com a do risco de preços pelas operações de *hedge* abre espaço para outro avanço importante do processo de financeirização da riqueza na agricultura: a construção do mercado de títulos da propriedade rural com base na emissão de certificados de propriedade fundiária e sua comercialização em Bolsas. Esses títulos financeiros teriam a característica de “papéis” de resgate com prazos mais longos com garantia real no patrimônio, e seriam destinados à captação de recursos para o financiamento do investimento destinado a ampliação da capacidade produtiva, tanto em infra-estrutura como em maquinaria. Os impactos alocativos seriam relevantes, podendo ser associados a processos de garantia dos bancos de investimentos que não necessariamente precisariam aportar recursos substanciais para alavancagem de projetos prioritários. A crivagem dos projetos pelo mercado bancário daria maior qualidade à seleção dos negócios a serem financiados, pela seriedade em função da necessidade de apresentação de resultados no prazo estabelecido para o resgate dos títulos. Para os bancos públicos, passam a ser importantes instrumentos da política fundiária na medida em que podem investir em áreas prioritárias comprando títulos lastreados em garantia patrimonial.

É óbvio que, para a plenitude da concretização da potencialidade do mercado de títulos patrimoniais fundiários, há que se estabelecer o rígido cumprimento dos contratos representados pela inofismável garantia jurídica dos títulos de propriedade. Essa financeirização da riqueza patrimonial da agricultura, inclusive, daria maior segurança aos proprietários de terra com a plena garantia de preservação da integridade jurídica, reconhecida e defendida pelos agentes de mercado. Ademais, há que se regulamentar de forma adequada - ou até mesmo alterar- princípios constitucionais, como o da inalienabilidade da pequena propriedade, uma vez que o tamanho do negócio agropecuário não guarda mais relação consistente com tamanho da propriedade. Na agricultura norte-americana, o mercado de títulos de propriedade da terra, guardadas as diferenças entre as legislações nacionais, por um lado representa importante instrumento de acesso a recursos e, por outro lado, relevante lastro patrimonial dos bancos com raízes no campo²⁶. A financeirização da riqueza

patrimonial, representada pela propriedade da terra, delimita a apreensão do horizonte da expansão capitalista na agricultura enquanto avanço da reprodução hegemônica pelo capital financeiro.

9 - À GUIA DE CONCLUSÃO: conflitos entre formas de capitais prevalentes nas transformações capitalistas

O processo de desenvolvimento capitalista, ao espalhar-se por toda extensão territorial absorve, submete e reordena toda a atividade econômica aos desígnios de sua reprodução ampliada. A financeirização da riqueza de todas as formas e conteúdos representa um processo inextricável das transformações capitalistas, na medida em que o capital financeiro representa a síntese do capital em geral por ser a forma mais elevada e desenvolvida de capital. Há que se ter claro que o capital enfrenta limitações à sua acumulação, rompendo com os obstáculos que pretendem travar seus movimentos de valorização. Ainda que muitas vezes possa representar contradições à sua lógica, o capital realiza mergulhos em determinados espaços da órbita produtiva para nutrir-se de mais valor fundamental ao seu ganho de grandeza. O capital apresenta-se, assim, como um camaleão que realiza metamorfoses no tempo histórico assumindo a identidade que lhe permita reproduzir-se. Nesse sentido, na essência de sua lógica, sempre almejou a virtualidade desse mergulho na medida em que, no

dade estaria lastreada numa estrutura legal consistente em “sistemas de propriedade, da qual a posse não é mais que a ponta do iceberg. O resto do iceberg é um intrincado processo construído pelo homem, que pode transformar seus ativos e seu trabalho em capital” (SOTO, 2001). Uma excelente resenha interpretativa desse texto foi realizada por Junqueira (2003). A estabilidade jurídica, no tocante às questões patrimoniais relativas à propriedade da terra muito mais consistente nas nações capitalistas desenvolvidas, bem como a agilidade operacional e a credibilidade das respectivas estruturas judiciárias são apontadas nas análises supra citadas como elementos diferenciadoras das nações no tocante ao sucesso ou fracasso dos respectivos desenvolvimentos capitalistas. Os títulos patrimoniais nas nações capitalistas desenvolvidas representam importante lastro de garantia real aos títulos que movimentam os mercados financeiros. Como coloca José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, “nos Estados Unidos, por exemplo, os títulos hipotecários urbanos e rurais são o lastro indispensável para o funcionamento das grandes seguradoras que, por sua vez, dão garantia e estabilidade ao sistema financeiro como um todo... Em alguns países, como a França e o Japão, os títulos hipotecários são ativos do próprio Banco Central, que assume estes títulos através de redesconto. Logo, eles são lastro do próprio dinheiro circulante destes países” (JUNQUEIRA, 1991).

²⁶Interessante destacar nesse sentido a análise de Hernando de Soto, segundo a qual nos países desenvolvidos a proprie-

limite, tendeu sempre para a busca incessante da passagem quase direta D-D' nos seus processos de reprodução.

Por certo, essa virtualidade plena representa uma impossibilidade, uma vez que, descolado do real, o capital perderia seu domínio sobre a órbita de produção e com isso teria derrocados os lastros que sustentam seu devir. No processo histórico, entretanto, o capital sempre foi orientado para a construção dos requisitos para que assumisse sua forma mais elevada de capital financeiro, despregando-se de cada espaço produtivo em particular, nos quais, em períodos particulares, assume formas datadas penetrando e multiplicando-se nos seus sistemas circulatórios até que assumam papel preponderante em relação ao fator de produção original. Isso porque, mesmo que tenha essa pretensão de virtualidade, o capital sendo alógeno, exige o cruzamento com a produção real para se reproduzir, pois não consegue na plenitude tornar-se capital financeiro hermafrodita, que prescindiria da cópula com a realidade para sua reprodução. A opção, portanto, consistiu em assumir a hegemonia em relação aos demais fatores de produção (terra e trabalho) adquirindo a divina capacidade de criá-los à sua imagem e semelhança.

Mas na medida em que se aproxima, em cada tempo histórico, ao limiar da capacidade plena de criar fatores de produção, o capital hospedeiro de dado veículo de reprodução, desprega-se do mesmo para revelar sua nova face, ainda que o mutante mantenha oculta sua identidade de capital financeiro, agora desvelada e revelada na plenitude. Essa evolução, no sentido de criação de fatores de produção, corresponde à uma característica do capital no seu devir histórico. Na passagem da economia agrária para a economia industrial, no ensejo do desenvolvimento capitalista no campo, a apropriação de riqueza na forma de renda fundiária representava uma irracionalidade para o capital. O desenvolvimento da agropecuária com novas inovações que elevaram, de forma impen-sável no século XIX e na maior parte do século XX, a produtividade da terra ao mesmo tempo em que insumos industriais permitiram tornar férteis as terras fracas - até mesmo os desertos puderam ser cultivados. Assim, a produção ficou menos dependente da terra e as limitações das terras antes inapropriadas para os cultivos foram sendo progressivamente superadas. A injeção de capital conduziu a um processo de criação de terra, so-

brepujando-a enquanto fator de produção essencial para a reprodução capitalista. Os desertos repletos de pomares e as terras ácidas tomadas celeiros de grãos são as representações mais vivas dessa epopéia²⁷. O desenvolvimento das forças produtivas atingiu até mesmo o ápice de viabilizar a produção agropecuária sem terra dos cultivos hidropônicos e outras técnicas das lavou-ras de precisão.

As lutas contra o campesinato para expropriação comandada pelos arrendatários capitalistas e outras formas de acumulação primitiva, buscando alargar terras para o desenvolvimento capitalista no campo são elementos do passado. Não são mais necessários decretos henríquicos - Henrique VII em 1489 e Henrique VIII - editados para evitar que as "ovelhas devorem seres humanos" no processo de expropriação das casas e das terras camponesas inglesas à época da gênese do capitalismo na gestação da agroindústria têxtil baseada na manufatura de lã²⁸. Os primeiros arrendatários capitalistas compravam direitos de uso da terra, pagando renda fundiária, e para arrendá-las era necessária a expulsão dos camponeses que nelas trabalhavam e habitavam. Em muitos momentos da história, inclusive no período contemporâneo, as lutas pela terra ganham dimensões dramáticas. Entretanto, para o universo das principais agriculturas mundiais, inclusive a brasileira, os conflitos fundiários ou não existem ou estão confinados a zonas e espaços marginais do processo de reprodução capitalista. No

²⁷ Interessante lembrar aqui uma passagem do caso brasileiro que é marcante nesse sentido. Em 1960, Ruy Muller Paiva, criador da ciência econômica brasileira, uma vez que seu primeiro estudo feito no Texas College data de fevereiro de 1941, versando sobre o desenvolvimento do algodão no Planalto Meridional Brasileiro, preocupado com os limites do desenvolvimento setorial dado o processo exigente de mais terras para a reprodução do capital no campo, escreveu que o maior desafio brasileiro seria romper com a idéia de agricultura itinerante voltando-se para a reocupação das zonas de colonização antiga, abandonadas no processo de deslocamento para novos eldorados. Tratava-se do Vale do Paraíba, mas o que é intrigante nesse texto é que ele, o pai da idéia de modernização da agropecuária que defendia desde os anos 40s, afirmava que os limites da fronteira agrícola estavam esgotados no Brasil, restando terras ácidas e inapropriadas como o Brasil Central (PAIVA, 1960). Esse fato, desmentido pela história, antes que uma constatação ao brilhante pensador, que só podia referir-se ao seu tempo e lugar, revela a capacidade do capitalismo de criar terra.

²⁸ Essa contradição entre a renda fundiária e o capital representa fato marcante das discussões dos primórdios do capitalismo e perpassou todo o processo de expansão do capitalismo no campo. Está documentada de forma magnífica e irrefutável em Marx (1984).

essencial do território da grande agropecuária brasileira, não há menor espaço para contestação, inclusive com proteção constitucional da terra produtiva que por conseguinte cumpre sua função social.

Afirmar que o capitalismo brasileiro prescinde de terras seria um impropério, mas fica nítido que a força da agricultura nacional está na criação de terra pelo capital com geração e uso de técnicas e insumos. A produção agropecuária não avança mais centrada na exploração da “fertilidade da terra”, inclusive porque nas terras por onde anda essa condição em estado natural mostra-se baixa. Até o café libertou-se da escaridão da terra roxa e ganhou os podzolizados e as terras de cerrado. A terra, mais que sua função produtiva, assume de forma cada vez mais nítida a condição de lastro patrimonial, requisito para acesso ao capital por crédito ou incentivos fiscais, tornando-se essencialmente, menos um fator de produção e mais um ativo. A terra converte-se em capital e nesse caso, a opção de financeirizá-la, enquanto forma de riqueza, permite apenas que mostre sua identidade definitiva como elemento da órbita do capital financeiro²⁹.

Na plenitude da acumulação capitalista, emerge outro conflito clássico pela contenda entre o capital e o trabalho enquanto fator de produção. O modo de produção de mercadorias exige trabalho para impulsionar o circuito de produção. Da mesma forma que a terra, onde parcela da riqueza gerada era apropriada na forma de renda da terra, com o trabalho uma parcela toma a forma de salários para garantir a sobrevivência e reprodução da força de trabalho. Num primeiro movimento, o capital passou a impulsionar a mecanização de processos, iniciando-se pelos repe-

tivos e progressivamente estabelecendo-se noutras tarefas do circuito da produção. Nas agroindústrias as máquinas e na agropecuária os tratores e as colhedoras reduziram de forma expressiva a quantidade de trabalho vivo incorporado em cada nova mercadoria ao elevar de forma significativa o rendimento operacional do trabalho e, com isso, a sua produtividade global. A Terceira Revolução Industrial propiciou mudança ainda mais incisiva com a robotização fabril, a informática embarcada das máquinas e equipamentos e a “computadorização” de escritórios. Em quaisquer dessas frentes, inclusive na agropecuária, há uma imensa redução da força de trabalho necessária para produção de determinada quantidade de mercadorias. Ainda que a virtualidade da força de trabalho seja um sonho irrealizável, fica nítido que ao criar “trabalho mecânico” o capital se assenhora de seu espaço³⁰. Com a exigência de qualificação para os novos processos, o capital determina o conteúdo da força de trabalho da mesma maneira que cria uma massa de inexploráveis.

O desenvolvimento capitalista impulsiona a superação progressiva do antagonismo entre as formas de capital, levando à fusão do capital agrário com o capital industrial no denominador comum capital produtivo. Esse processo deriva do período histórico no qual, na irradiação dos padrões da Segunda Revolução Industrial, as agroindústrias configuram-se como o veículo de disseminação de fábricas por amplos espaços geográficos. Isso tanto do lado das agroindústrias de insumos e máquinas pela criação de demanda na agropecuária, no Brasil pelo crédito rural subsidiado nos anos 60s e 70s, como do lado das agroindústrias de processamento e de alimentos. Esse processo de transformação da agricultura denominado desenvolvimento capitalista, sintetizado na própria idéia de agronegócios e na visão de cadeia de produção, implicou na superação da luta histórica no espaço da apropriação da riqueza entre o lucro agropecuario e o lucro industrial. Para os agropecuaristas, que perdem autonomia nesse movimento, as agroindústrias são como se

²⁹Importante destacar a preciosa conclusão de José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira, para quem “a dívida hipotecária é a condição geral da industrialização da agricultura e que a estabilidade do preço da terra, em relação ao fluxo de renda, é uma condição necessária para dar estabilidade a esta relação mas não é a única. Há necessidade de se garantir estabilidade do fluxo de renda, para que não haja interrupção das relações de débito/crédito. Nesse ponto, estaríamos diante de um paradoxo, pois a própria dinâmica capitalista inviabiliza essa condição. Sabe-se que, como tendência, o preço da terra se eleva constantemente. Ao contrário, a renda corrente da agricultura tende a evoluir relativamente para baixo. Ou seja, a crise financeira seria inevitável. Mais ainda, o fluxo de renda da agricultura tende a ser instável. ... Esse paradoxo só pode ser resolvido no marco do próprio paradigma adotado... O paradoxo se resolve introduzindo o Estado que, onde o capital financeiro está mais desenvolvido, estabelece leis e políticas econômicas necessárias para que não ocorra o rompimento da cadeia financeira, a qual, de outro modo seria inevitável” (JUNQUEIRA, 1991).

³⁰Interessante observação sobre as está no denominado Livro Sexto (inédito) do Capital de Karl Marx: “o capital não se contenta com a estrutura técnica que encontra, mas a transforma em algo homogêneo a si... a própria essência da tecnologia capitalista reside no fato de que é invertida a relação entre o trabalho e o instrumento, enquanto, inicialmente, o instrumento é precisamente instrumento em sentido próprio, agora é exatamente o contrário; é o trabalho que se torna instrumento” (NAPOLEONI, 1981).

fossem espaços de reprodução de capital alienígena na agricultura.

Vários episódios dessa contenda marcaram a história convertendo-se na supremacia agroindustrial, como o notório embate da agroindústria canavieira no Brasil que levou ao estabelecimento do Estatuto da Lavoura Canavieira nos anos 50s preconizando que pela metade da cana moída fosse oriunda de fornecedores. Os conflitos entre fornecedores e usineiros levou à crescente verticalização para trás dos capitais agroindustriais - até mesmo comprando direito de uso da terra por arrendamento - gerando níveis quase absolutos de cana própria, fazendo do complexo sucroalcooleiro uma das sínteses da manifestação do capital produtivo³¹. Há ainda amplos espaços em que os embates entre o capital agrário e o capital agroindustrial se manifestam - como também entre o capital comercial e o capital agrário nas cadeias de produção onde não ocorrem processamentos -, mas a governança estabelecida garante a convergência de propósitos que conduz à manifestação do capital produtivo enquanto condensação de energia produtiva. As alianças estratégicas entre agroindústrias de

³¹Fundamental esclarecer que esse processo se dá mediatizado pela política, ou seja, assume conformações distintas em diferentes correlações de força da elite dirigente. Quando se pontifica a alusão ao descumprimento da legislação que buscava coibir a concentração de terra (e conseqüentemente de capital), busca-se apenas reforçar a inconsistência de travas legais ao desenvolvimento capitalista pois, dada uma correlação de forças dominantes elas editarão as normas legais que destravarão o avanço de seus respectivos interesses. Isso explica em dadas condições nacionais, o descumprimento dos decretos henríquicos da Inglaterra do século XV, o fracasso da legislação anti-truste em muitas economias nacionais e do Estatuto da Lavoura Canavieira no Brasil. Da mesma forma, pode-se em correlações de forças políticas obter-se resultados literalmente diferentes, com o sucesso de medidas não concentradoras de terra. Para isso basta comparar na lavoura canavieira a realidade da Austrália e do Brasil. Na Austrália, a legislação permitiu a sobrevivência de uma importante massa de fornecedores, com lavouras de cana incorporando ganhos em escala pela compra de serviços de mecanização (terceirização do capital fixo), enquanto no Brasil, deu-se exatamente o contrário. Aliás no Brasil há um fato histórico único, qual seja, aqui ao contrário da prevalência histórica do capital industrial (agroindústria) sobre o capital agrário (latifúndio) nos embates do século XIX, prevaleceu o capital agrário o que representou enorme atraso histórico para o desenvolvimento capitalista brasileiro. Isso está nítido na tentativa de implantação dos engenhos centrais que preconizavam a separação entre as atividades econômicas (lavoura e usina) e ao invés das usinas submeterem os latifúndios, foram os latifúndios que submeteram as usinas. Isso foi superado pelo ciclo cafeeiro e pela construção no século XX, da agroindústria sucroalcooleira paulista, com bases sociais, políticas e econômicas distintas do complexo açucareiro colonial.

insumos e máquinas, de um lado, e entre as agroindústrias processadoras e *tradings companies*, de outro, representam esse momento. Na ponta final das cadeias de produção, na convergência final, estão os supermercados, força do capital comercial, dominando o acesso ao consumo, contrapondo o poder de mercado do capital produtivo.

À orla desse fluxo produção-consumo que movimenta o processo de acumulação capitalista - ampla engrenagem técnico-produtiva dos agronegócios que gera lucro - riqueza apropriada pelo capital produtivo - crescente como proporção face à perda relativa de relevância da renda fundiária - que remunera a terra - e também do salário - que remunera a força de trabalho - está o capital financeiro cuja remuneração configura-se na forma de juros. As contradições fundamentais que movem os conflitos entre os perfis de capitais estão na apropriação da riqueza. O capital produtivo minimizou as forças do capital agrário e da força de trabalho em lutar por parcelas proporcionalmente maiores da riqueza produzida, protagonizando o acesso crescente a lucros como forma de apropriação da riqueza³². O capital produtivo vai progressivamente se fundindo com o capital financeiro e com os diversos mecanismos do mercado de capitais que geram aplicações produtivas e controles de espaços produtivos por investidores à procura da valorização dos respectivos capitais.

A financeirização da riqueza impulsionada por negócios com "títulos" (ativos), ainda que com lastro em "patrimônios" (físicos), representa a busca de valorização do capital na sua forma mais pura, despregada da terra e da produção, enquanto manifestação do capital em geral. Na concepção de ativo, a mercadoria sublima sua condição de valor de troca desconsiderando seus atributos de valor de uso, ganhando característica de quase virtualidade, o que a integra de forma plena no circuito financeiro enquanto riqueza financeirizada. Para essa órbita da apropriação atemporal da riqueza - passada, presente e futura-, ainda que datada no tempo e

³²Como afirmou Karl Marx em pleno século XIX, "*resultado geral: ao incorporar as duas formadoras originais de riqueza, a força de trabalho e a terra, o capital adquire uma força expansiva que lhe permite estender os elementos de sua acumulação além dos limites aparentemente fixados por sua própria grandeza, fixados pelo valor e pela massa dos meios de produção já produzidos, nos quais tem sua existência*" (MARX, 1984).

localizada no espaço, afluem capitais de variadas origens e lastros buscando lócus produtivos para empreenderem processos de reprodução. Nessa piracema de capitais quanto mais altos os saltos exigidos maiores os riscos, daí a criação de instâncias de administração de riscos como as Bolsas de Mercadorias, permitindo migração mais segura de capitais rumo aos berços de reprodução. Trata-se de processo inexorável dentro do desenvolvimento capitalista, no qual o capital segue a rota na qual converte-se nas sua forma mais elevada. A economia de contratos com segurança de seu pleno cumprimento jurídico e a regulação estatal de processos são elementos fundantes dessa realidade.

Não há antídotos nem razão para visualizar fantasmas nesse movimento próprio do capitalismo, nem tem sentido a idéia de cassino, na medida em que a imagem mais consistente para o mercado financeiro não está nas roleta das salas dos jogos, mas na piracema de capitais migrando rumo à reprodução, tentando saltar obstáculos, como as quedas de água para seguir rio acima. As Bolsas de Mercadorias são as escadas para facilitar essa ação. Sempre há pre-

adores que de forma oportunista concentram-se para caçar nesses pontos estratégicos. Mas o ciclo da vida para o capital que deseja reproduzir-se implica em correr riscos, realizando sua migração atenta a movimentos estranhos. Outra questão fundamental, consiste na falsa percepção de que a integração plena da agricultura no capitalismo financeiro implicaria numa perda de poder político dos agentes econômicos do campo. Na verdade ocorre o contrário, pois numa realidade de riqueza plenamente financeirizada, com os títulos da agricultura (em especial os patrimoniais como a terra) como lastro dos ativos bancários, todo o poderoso sistema financeiro passaria a ter posições convergentes com a defesa da renda setorial, dado que estaria em jogo a estabilidade macroeconômica do sistema como um todo e não uma mera fatia da riqueza do segmento específico de agropecuaristas. Esse é um dos principais pilares de sustentação das políticas protecionistas das agriculturas das economias capitalistas desenvolvidas nem sempre visualizados com precisão. Afinal, no capitalismo contemporâneo, sem a escada do sistema financeiro não realizará procriação.

LITERATURA CITADA

AGUIAR, D. R. D. Agricultural futures contracts in Brasil: evolution and perspectives. In: MOURA, D; SILVA JUNIOR, G. **Competitividade do agronegócio brasileiro em mercados globalizados**. Viçosa: UFV, 2004.

BELIK, W. **Agroindústria processadora e política econômica**. 1992. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

CANO, W. A industrialização e o desenvolvimento do capitalismo retardatário no Brasil (1880-1980). In: **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas, Hucitec, 1993. p.15-21.

CIGANA, C. O peso crescente de serviços financeiros. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 4-5 dez. 2004. Caderno B, p. 1.

CYRILLO, D. C. **O papel dos supermercados no varejo de alimentos**. 1986. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.

COASE, R. H. The nature of the firm. **Econômica**, London, v. 4, n. 16, p. 386-405, Nov. 1937.

CORAZZA, M. E. CPR: atração do agronegócio é o novo desafio para as EFPCs. **Revista Fundos de Pensão**, v. 23, n. 298, p. 9-15, 2004.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1986.

DIAS, R. de A. Fundamentos de uma política de desenvolvimento agrícola. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, t. 14, n. 3/4, p. 1-14, 1967.

- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 346 p.
- FRIEDMANN, H; MCMICHAEL, P. Agriculture and the state system. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1989. 291 p.
- GONÇALVES, J. S. Agricultura: crescimento e desemprego. São Paulo, IEA/APTA, dez. 2004. Disponível em: <www.iea.sp.gov.br>.
- _____. **Mudar para manter**: pseudomorfose da agricultura brasileira. São Paulo: SAA, 1999. 373 p.
- _____; VEGRO, C. L. R. Crise econômica e cooperativismo agrícola: uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da CAC. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, t. 41, n. 2, p. 57-87, 1994.
- JOHNSTON, B.; KILBY, P. **Agricultura e transformação estrutural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 458 p.
- JUNQUEIRA, J. R. C. M. O mistério do capital de Hernando de Soto. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 51-55, mar. 2003.
- _____. Teoria do desenvolvimento da agricultura e o capital financeiro. In: CURSO DE FORMAÇÃO SOBRE REFORMA AGRÁRIA, 1., São Paulo. 1991. p. 59-72.
- KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G; VILLA VERDE, C. M.(Org). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. p.113-224.
- KEYNES, J. M. The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy. In: **The collected writings of John Maynard Keynes**. v. 29, n. 76-87. MacMillan Cambridge: Cambridge University Press, 1971-1983.
- LANDES, D. **A riqueza e a pobreza das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. 760 p.
- MANTOUX, P. **A revolução industrial no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1988. 552 p.
- MARQUES, M. **A política agrícola comum da CEE**. Brasília: CFP, 1988. (Cadernos Especiais, 22).
- MARTINS, A. G.; AGUIAR, D. R. D. Efetividade do *hedge* de soja em grão brasileira com contratos futuros de diferentes vencimentos na *Chicago Board of Trade*. **Revista Economia e Agronegócio**, v. 2, n. 4, p. 449-472, 2004.
- MARX, K. **O capital**, São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1, 301 p.
- _____; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. 2. ed. São Paulo: Ched Editorial, 1980.
- MEIRELLES, J. C. de S.; GONÇALVES, J. S. Política de aproveitamento de resíduos ou de recursos produtivos ainda não utilizados: reciclando o velho modelo agrário de produção. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 30, n. 10, p. 17-24, out. 2000.
- NAPOLEONI, C. **Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx**. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981. 173 p.
- OLIVEIRA, C. A. B. **O processo de industrialização**: do capitalismo originário ao atrasado. 1985. 200p. (Tese Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

PAIVA, R. M. Retorno da agricultura de São Paulo para as zonas velhas: fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do país. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, t. 7, n. 9, p. 1-2, 1960.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1969. 354 p.

SILVEIRA, I. Contra as pragas, insetos de fábrica. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 5 dez. 2004. Caderno A, p. 10.

SOTO, H. de. **O mistério do capital**: porque o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2001. 306 p.

WILLIAMSON, O. E. **The economics institutions of capitalism**: firms, markets, relational contracting. New York: Free Press, 1985.

ZYLBERSZTAJN, D. **A transition cost aproachs to agribusiness coordemation**. São Paulo: PENZA/FEA/USP, 1995. 28 p.

**AGRICULTURA SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRO:
passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios**

RESUMO: O trabalho discute o processo de desenvolvimento capitalista na agricultura com o objetivo de destacar os principais elementos que caracterizam esse processo, na busca de mostrar o sentido mais amplo dessas mudanças representado pela busca do capital, em seu devir histórico, de concretizar-se como capital em geral. Nesse sentido o capital financeiro configura-se como a forma mais elevada e abstrata de capital, sendo inexorável que o capitalismo caminhe para essa forma no seu desígnio de reprodução ampliada. Dessa maneira, a financeirização da riqueza tanto na sua forma mercadoria como na sua forma patrimônio representa um caminho sem volta nas transformações históricas. À agricultura submetida a essa lógica, caminha para a inserção cada vez mais plena de submissão aos desígnios do capital financeiro, com a produção exercida sob sua égide.

Palavras-chave: desenvolvimento capitalista, capital agrário, capital financeiro, economia de contratos.

**AGRICULTURE UNDER THE AEGIS OF FINANCIAL CAPITAL:
a step toward deepening the development of agribusinesses**

ABSTRACT: This work discusses the process of capitalist development in agriculture with a view to highlighting the main elements that characterize it. It seeks to show a wider meaning for the changes occurred, represented by the search for capital, in its historical becoming of concretizing itself as capital in general. In this sense, financial capital is configured as the highest and most abstract form of capital, being inexorable that capitalism moves to this form in its finality of amplified reproduction. Thus, financialization of the wealth both as goods and as properties represents a no-return road to the historical transformations. Agriculture submitted to this logic moves toward a broader and broader insertion of sub-mission to the finalities of the financial capital, with production taking place under its aegis.

Key-words: capitalist development, land capital, financial capital, contract economics

Recebido em 29/12/2004. Liberado para publicação em 14/01/2005.

**AGRICULTURA SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRO:
passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios**

Anexo 1

ESTRUTURA DE AGRONEGÓCIOS DO COMPLEXO PRODUTIVO DA AGRICULTURA

I - AGROINDÚSTRIAS DE BENS DE CAPITAL DA AGRICULTURA, que responde pelo fornecimento dos insumos e instrumentos que impulsionam a produção biológica, com os seguintes ramos principais:

- **Agroquímicos**, que compreendem quatro agroindústrias diferenciadas, cada qual com respectivas plantas industriais:
 - **Agroindústria de fertilizantes;**
 - **Agroindústria de corretivos;**
 - **Agroindústria de defensivos;**
 - **Agroindústria de embalagens e acondicionamento.**
- **Agrobiologia**, que compreende quatro agroindústrias diferenciadas, cada qual com respectivas plantas industriais:
 - **Agroindústria de alimentação animal;**
 - **Agroindústria de sementes;**
 - **Agroindústria de mudas;**
 - **Agroindústria de reciclagem e aproveitamento de resíduos;**
 - **Agroindústria de defensivos biológicos.**
- **Agromecânica**, que compreende cinco agroindústrias responsáveis pela mecanização e automação de processos da agricultura:
 - **Agroindústria de tratores e implementos;**
 - **Agroindústrias de equipamentos agropecuários;**
 - **Agroindústria de colhedoras;**
 - **Agroindústria de sistemas de irrigação;**
 - **Agroindústrias de equipamentos de processamento;**
 - **Agroindústria de equipamentos de beneficiamento;**
 - **Agroindústria de equipamentos para armazenamento.**

II - AGROPECUÁRIA, que representa o processo biológico de produção, majoritariamente realizado no campo, gerador de bens intermediários para a agregação de valor nas agroindústrias de processamento e de beneficiamento do pós-colheita:

- **Lavouras**, que representam as atividades de produção vegetal:
 - **Lavouras permanentes**, onde a planta é parcela integrante do capital fixo com ciclos de vida superiores a um ano e, em geral, permite mais de uma colheita por planta matriz (café, cana, frutas, florestas, etc).
 - **Lavouras anuais**, onde a planta integra o capital variável com ciclos em torno de um ano ou uma colheita de por planta (grãos, olerícolas, etc).
 - **Fábricas vegetais**; representadas pelas estruturas de cultivo protegido como os cultivos hidroponicos, realizados em estufas e outras formas de produção controlada e protegida (olerícolas, cogumelos, etc).
- **Extrativismos**, representados pela exploração de recursos naturais, ação que perdeu espaço desde a revolução neolítica, mas ainda se revela importante em segmentos específicos onde existem estoques que se renovam, os quais podem ter a vida útil prolongada pelo manejo sustentável:
 - **Extratativismo vegetal**, em especial de plantas aromáticas, medicinais e produtoras de óleos essenciais;
 - **Extratativismo animal**, em especial as atividades de pesca marítima e continental, além da caça de animais que se proliferam pelo desequilíbrio ambiental como capivaras;

- **Criações**, que representam as atividades de produção animal:
 - **Criações aquícolas**, realizadas no aproveitamento de recursos hídricos, como fazendas aquícolas marinhas ou fazendas aquícolas continentais;
 - **Criações a pasto**; envolvendo criatórios de grandes animais no aproveitamento de pastagens cultivadas (bovinos, equinos, etc);
 - **Criações semi-estabuladas**, envolvendo sistemas criatórios que associam o aproveitamento de pastagens ao confinamento em estábulos (bovinos de leite, etc);
 - **Criações em confinamento**, envolvendo sistemas criatórios em granjas com elevado controle do processo (aves e suínos, etc).

III - AGROINDÚSTRIAS DE PROCESSAMENTO, que estruturam a agregação de valor pela transformação dos bens intermediários oriundos da agropecuária:

- **Agroindústria de têxteis e vestuário** com seus segmentos:
 - **Beneficiamento de pluma e outras fibras**;
 - **Fiação e tecelagem**;
 - **Vestuário e outros têxteis finais**.
- **Agroindústria de alimentos** com seus segmentos:
 - **Sucos e produtos similares**;
 - **Bebidas e refrigerantes**;
 - **Café e outros matinais**;
 - **Alimentos processados**;
 - **Leite e laticínios**;
 - **Comida pronta e outros alimentos**.
- **Agroindústria florestal** com seus segmentos:
 - **Papel, celulose e outros materiais gráficos**;
 - **Madeira e artefatos**;
 - **Móveis**.
- **Agroindústria de processamentos diversos**

IV - AGROSERVIÇOS DA PREPARAÇÃO E LOGÍSTICA, que promovem o desenvolvimento de ações inerentes ao processo produtivo direto na agregação de valor pela padronização, classificação, armazenamento e transporte de produtos da agropecuária:

- **Serrarias de preparo de madeiras** para:
 - **Lenha para consumo**;
 - **Madeira para construção civil**.
- **Casas de beneficiamento** (packing-houses) de:
 - **Frutas frescas**;
 - **Olerícolas frescas**.
- **Estruturas de seleção e empacotamento** de:
 - **Feijão e arroz**;
 - **Batata e cebola**;
 - **Legumes e outros produtos**.
- **Agroserviços de armazenamento**, envolvendo:
 - **Armazéns e silos graneleiros**;
 - **Armazéns com temperatura e ambiente controlados**;
 - **Estruturas de depósitos de produtos em geral**.
- **Agroserviços de transporte**, envolvendo:
 - **Transporte de produtos a granel**;
 - **Transporte com ambiente e temperatura controlados**;
 - **Transporte de cargas em geral** (insumos e produtos).

V - AGROSERVIÇOS DE APRIMORAMENTO E AMPLIAÇÃO DOS NEGÓCIOS, que consistem na contratação de prestação de serviços especializados para atuarem sobre a estrutura de capital, na gestão do empreendimento e na oferta de novas atividades rurais, com foco direto no aprimoramento do negócio e na ampliação das oportunidades:

- **Agrosserviços associados à maquinaria**, envolvendo:
 - Oficinas de manutenção de tratores e implementos;
 - Oficinas de manutenção de colhedeiças;
 - Serviços de terraplanagem e conservação do solo;
 - Serviços de mecanização de processos agropecuários.
- **Agrosserviços de formulação de produtos finais**, envolvendo:
 - Prestação de serviços de formulação de agroquímicos;
 - Prestação de serviços de preparo de alimentos animais;
 - Prestação de serviços agroindustriais de processamento;
 - Prestação de serviços de fabricação de produtos finais.
- **Agrosserviços associados aos equipamentos**, envolvendo manutenção e assistência técnica de:
 - Equipamentos rurais;
 - Equipamentos laboratoriais;
 - Equipamentos agroindustriais;
 - Equipamentos de informática.
- **Agrosserviços de Assistência Técnica**, envolvendo:
 - Planejamento, instalação e manejo de empreendimentos;
 - Planejamento tributário e contabilidade;
 - Planejamento e gerenciamento financeiro.
- **Agrosserviços de Pesquisa e Desenvolvimento**, envolvendo:
 - Adaptação de tecnologias para processos específicos;
 - Monitoramento e Gestão da qualidade de produtos e processos;
 - Criação de inovações tecnológicas e gerenciais;
 - Desenvolvimento e criação de mercados para produtos.
- **Agrosserviços não agropecuários do campo**, envolvendo:
 - Pousadas rurais e hotéis fazendas;
 - Firms de ecoturismo;
 - Firms de turismo rural.

VI - AGROSERVIÇOS TRANSACIONAIS E DE DISTRIBUIÇÃO, que contemplam as estruturas especializadas nas transações comerciais e financeiras dos agronegócios da agricultura:

- **Agrosserviços de distribuição:**
 - Atacadista;
 - Varejista;
 - Empresas exportadoras;
 - Estruturas de intermediação.
- **Agrosserviços de assessoria às transações:**
 - Corretoras especializadas em produtos;
 - Consultorias de exportação e importação;
 - Lobistas e grupos de pressão.
- **Agrosserviços financeiros:**
 - Corretoras das Bolsas de Mercadorias;
 - Assessoria de gestão financeira;
 - Assessoria de acompanhamento dos agromercados.